



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PROCESSOS SOCIOCULTURAIS DA GESTÃO AMBIENTAL NA TERRA
INDÍGENA GUARANI PINHALZINHO, TOMAZINA, PR.**

MANUELA DE JESUS SOLANO CALVO

Araras

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PROCESSOS SOCIOCULTURAIS DA GESTÃO AMBIENTAL NA TERRA
INDÍGENA GUARANI PINHALZINHO, TOMAZINA, PR**

MANUELA DE JESUS SOLANO CALVO

ORIENTADOR: PROF. DR. LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**.

Araras

2017

Solano Calvo, Manuela de Jesus

PROCESSOS SOCIOCULTURAIS DA GESTÃO AMBIENTAL NA
TERRA INDÍGENA GUARANI PINHALZINHO, TOMAZINA, PR. /
Manuela de Jesus Solano Calvo. – 2017.

95 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus
Araras, Araras

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder

Banca examinadora: Prof. Dr. Abelardo Gonçalves Pinto; Prof. Dra.
Adriana Cavalieri Sais

Bibliografia

1. Terras Indígenas. 2. Gestão Ambiental. 3. Guarani Nhandewa. I.
Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Manuela de Jesus Solano Calvo, realizada em 28/06/2017:

Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder
UFSCar

Prof. Dr. Abelardo Gonçalves Pinto
CATI

Profa. Dra. Adriana Cavalieri Sais
UFSCar

AGRADECIMENTOS

A toda minha família, em especial aos meus pais, pelo seu amor e apoio que, apesar da distância, foram e serão o motivo para eu continuar me formando profissionalmente e com o compromisso ante a sociedade.

Agradeço ao Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACyT) por me outorgar o apoio econômico e a Embaixada do México no Brasil por me brindar seu apoio para cursar o presente mestrado.

Agradeço a cada um dos integrantes da Terra Indígena Guarani Pinhalzinho, por toda confiança e colaboração na realização da pesquisa.

Agradeço profundamente a meu orientador Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder, pelo tempo e espaço que me brindou para realizar o presente trabalho. Motivo de grande inspiração para minha formação profissional.

A todo o pessoal docente e a secretaria do PPGADR da Universidade Federal de São Carlos por brindar seu apoio e compreensão.

Ao Tecnológico Nacional de México e ao Instituto Tecnológico de Comitán por me apoiar incondicionalmente e pela sua preocupação por ter profissionais cada vez mais preparados e com maiores perspectivas.

A minha primeira casa no Brasil, e amigos da Refazenda. A Sra. Adri Dezotti por seu apoio em cada momento importante durante minha estada aqui no Brasil.

SUMÁRIO

	Pag.
ÍNDICE DE TABELAS	I
ÍNDICE DE FIGURAS	II
LISTA DE SIGLAS	III
RESUMO	V
ABSTRACT:	VI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. Questão Ambiental em Terras Indígenas no Brasil.	5
1.1. Situação das terras indígenas no Brasil	6
1.2. Atuação política.....	7
1.3. Novas estratégias e ferramentas para gestão ambiental das terras indígenas	9
1.4. Experiências na Gestão Ambiental em Terras Indígenas no Brasil.....	11
1.5. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).....	17
1.6. Políticas ambientais no Paraná.....	23
CAPÍTULO 2. HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA TERRA INDÍGENA PINHALZINHO.	27
2.1. O Povo Guarani no Brasil	27
2.2. A terra Indígena Pinhalzinho	32
2.3. Organização sócio-política	38
CAPITULO 3. OS PROGRAMAS AMBIENTAIS NA TERRA INDÍGENA PINHALZINHO.	43
3.1. Metodologia.....	43
3.2. Estrutura Geral do PBA na TI Pinhalzinho	44
3.3. A Implementação do PBA na TI Pinhalzinho	48
a) Articulação de lideranças indígenas no PBA.....	48
b) Apoio às Atividades Agropecuárias	49
c) Vigilância e Gestão Territorial	52

d) Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes.....	53
e) Cultura e Atividades de Lazer	57
f) Melhoria da Infraestrutura das Terras Indígenas.....	63
4. CONCLUSÃO	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6. LITERATURA CITADA	70
ANEXOS.....	75

ÍNDICE DE TABELAS

	Pag.
Tabela 1. Terras Indígenas no Brasil	6
Tabela 2. Reservas Indígenas no Brasil.	7
Tabela 3. Terras indígenas no Estado de Paraná.....	23
Tabela 4. Área cultivada por cultura na aldeia Pinhalzinho 2013.....	50

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1. Terra Indígena Pinhalzinho.	33
Figura 2. Casa de Reza da TI Pinhalzinho	40
Figura 3. Localização da Terra Indígena Pinhalzinho.....	44
Figura 4. Cartografia Social da Terra Indígena Pinhalzinho.	58
Figura 5. Ensino tradicional para as crianças	59
Figura 6. Fortalecimento das Tradições da Aldeia Guarani.....	60
Figura 7. Artesanato da aldeia Pinhalzinho.	62

LISTA DE SIGLAS

CCPY: Comissão pela Criação do Parque Indígena Yanomami
CIMI: Conselho Indigenista Missionário
CNPI: Comissão Nacional de Política Indigenista
COIAB: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COMIN: Conselho das Missões entre Índios
CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPEL: Companhia Paranaense de Energia
CPI-AC: Comissão Pró-Índio do Acre
CTI: Centro de Trabalho Indigenista
DTBC: Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista
EIA: Estudo de Impacto Ambiental
EMATER: Empresa de Assistência técnica e extensão Rural
ETE: Estação de Tratamento de Esgoto
FUNAI: Fundação Nacional do Índio
GATI: Gestão Ambiental em Terras Indígenas
IAP: Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEPÉ: Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
IFPR: Instituto Federal do Paraná
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MDA: Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST: Movimento Sem Terra
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONU: Confederação das Nações Unidas
PPP: Projeto Político Pedagógico
PBA: Projeto Básico Ambiental
PEC 215: Proposta de Emenda à Constituição
PCH: Centrais Hidrelétricas no território Paranaense
PGTAs: Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PNAP: Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena
RCA: Cooperação Alternativa
RIMA: Relatório de Impacto Ambiental
SEMA: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SESAI: Secretaria Especial de Saúde Indígena
SFA: Seção de Fomento Agrícola
SFB: Serviço Florestal Brasileiro
SPI: Serviço de Proteção aos Índios
SUDERHSA: Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
TNC: The Nature Conservancy
TIS: Terras Indígenas
UNI: União das Nações Indígenas
UHE: Usina Hidrelétrica

PROCESSOS SOCIOCULTURAIS DA GESTÃO AMBIENTAL NA TERRA INDÍGENA GUARANI PINHALZINHO, TOMAZINA, PR.

Autor: MANUELA DE JESUS SOLANO CALVO

Orientador: PROF. DR. LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER

RESUMO

A realidade brasileira indígena é reduzida em suas terras indígenas demarcadas e com espaços pequenos para seu desenvolvimento. De acordo com o IBGE (2010), a população indígena brasileira é estimada em 817,963 mil pessoas, o que representa 0,4% da população brasileira, das quais 502,783 residiam em terras indígenas e 315,180 residiam fora dessas terras, sendo distribuídas nas cinco regiões do país, em diferentes proporções. As políticas públicas do Brasil estão em constante mudanças, isso se expressa na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que tem como objetivo garantir a proteção dos recursos naturais mediante instrumentos de gestão ambiental. O presente trabalho analisa a temática da gestão ambiental das terras indígenas no Brasil e as especificidades deste processo na Terra Indígena Pinhalzinho, no município de Tomazina (PR), tendo como objetivo principal a caracterização das interfaces entre gestão ambiental e organização política, revalorizando a cultura, identidade social e educação. Ali vem sendo desenvolvido um Projeto Básico Ambiental (PBA), implementado a partir de 2012, como parte da compensação socioambiental dos indígenas pela construção da Usina Hidrelétrica Mauá, na bacia do rio Tibagi. Para tanto, o presente trabalho foi realizado com base em entrevistas semi-estruturadas com lideranças indígenas locais; foram também consultados documentos oficiais e de organizações e contribuições da literatura científica relacionada à gestão ambiental em terras indígenas. A pesquisa evidencia as formas específicas de interações entre gestão ambiental e outros processos sociais, culturais e políticos na comunidade estudada. No entanto, os processos socioculturais contribuem para a gestão ambiental dentro da terra indígena com o desenvolvimento de diversos projetos como parte do processo da recuperação, preservação da cultura Guarani e a Natureza. Isso aponta para realização de estudos sobre educação ambiental em terras indígenas, sobretudo quando se leva em consideração sua multifacetada interface com o universo da cultura, da identidade social, de sua organização política e da conquista dos direitos.

Palavras-chave: Terras Indígenas; Guarani Nhandewa; Gestão Ambiental; Cultura Indígena; Direitos Indígenas.

SOCIOCULTURAL PROCESSES OF ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN THE INDIGENOUS LAND GUARANI PINHALZINHO, TOMAZINA, PR.

Autor: MANUELA DE JESUS SOLANO CALVO

Orientador: Prof. Dr. LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER

ABSTRACT:

The Brazilian indigenous reality is reduced in their indigenous lands demarcated with very small spaces for its development. According to IBGE (2010), the Brazilian indigenous population is estimated at 817,963 thousand Indians, which represents 0.4% of the Brazilian population, of which 502,783 resided in indigenous lands and 315,180 resided outside these lands being distributed in the five regions of the country, in different proportions. Brazil's public policies are constantly changing; this is expressed in the National Policy on Territorial and Environmental Management of Indigenous Lands (PNGATI), which aims to guarantee the protection of natural resources through environmental management instruments. The present work paper analyzes the theme of environmental management of indigenous lands in Brazil and the specificities of this process in the Pinhalzinho Indigenous Territory, in the city of Tomazina (PR), with the main objective of characterizing the interfaces between environmental management and political organization, revaluing the culture, social identity and education. An Environmental Basic Project (PBA) has been developed there, implemented since 2012, as part of the social and environmental compensation of the Indians for the construction of the Mauá Hydroelectric Power Plant, in the Tibagi river basin. In order to do so, the present work makes an analysis through the application of semi-structured interviews and direct observation, together with local indigenous leaderships, as well as official documents and organizations and contributions of scientific literature related to environmental management in indigenous land. The research shows the specific forms of interactions between environmental management and other social, cultural and political processes in the community studied. However, socio-cultural processes contribute to environmental management within indigenous land with the development of several projects as part of the process of recovery, preservation of the Guarani culture and Nature. It points to studies on environmental education in indigenous lands, especially when one considers the multifaceted interface with the universe of culture, social identity, political organization and the conquest of rights.

Keywords: Indigenous Lands; Guarani Nhandewa; Environmental management; Indigenous Culture; Indigenous Rights

INTRODUÇÃO

A história antiga e recente dos povos indígenas no Brasil tem sido marcada pela violação dos seus direitos individuais, expropriação do direito de propriedade coletiva sobre a terra e pela insuficiência de políticas públicas sociais (BRASIL, 2000). Com isso, os indígenas estão expostos à vulnerabilidade, precisando de medidas de proteção e de assistência, por se enquadrarem como grupos historicamente excluídos e discriminados. Essa situação os tornou invisíveis frente à questão de regularização fundiária de suas terras e acesso a políticas públicas brasileiras (COSTA et al., 2008).

De acordo com Villas-Boas (2004, p. 263), os povos indígenas no Brasil estão *“espalhados por todo o território brasileiro e países vizinhos”* e sua população era estimada em 426.521 pessoas, o que representava 0,2% do total da população brasileira, apresentando ainda uma tendência de crescimento populacional. No Censo Demográfico de 2010, a população indígena foi estimada em 817 mil pessoas, passando a 0,44% do total da população brasileira. Havia 625 terras indígenas com uma área total de 106 milhões de hectares, correspondentes a 12,50% do território brasileiro. A maioria das Terras Indígenas (TIs) se encontrava na Amazônia Legal, com

98,64% da área total, ficando os demais 1,36% distribuídas pelas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país.

As regiões com maiores ameaças pelos projetos desenvolvimentistas são a Sudeste, Sul e Nordeste, onde os conflitos em torno das demarcações de terras são particularmente intensos. Desse modo, Smith (2010) afirma que os aspectos ambientais dentro dos territórios indígenas têm uma maior importância para garantir a sobrevivência das populações indígenas, não só para manter a biodiversidade, mas também para manter a cultura dos povos e sua relação com a natureza. Neste contexto, tem sido crescente o aporte de experiências de gestão ambiental das terras indígenas. Como menciona Bavaresco et al. (2014, p.13), os instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial *“são o resultado de um conjunto de experiências realizadas por diferentes atores: planos de manejo; planos de gestão territorial; planos de vida; diagnósticos participativos; estudos e pesquisas no âmbito das escolas nas aldeias”*. Os PGTA's (Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas) são incorporados como importantes *“instrumentos de implantação da PNGATI e visam à valorização do patrimônio material e imaterial indígena, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais”*, visando assegurar a melhoria do Bem Viver dos povos indígenas. *“Estes instrumentos foram aplicados com métodos variados e orientados por diretrizes diversas, gerando informação atualizada acerca da situação ambiental de muitas terras indígenas”* (SMITH, 2010, p. 8).

Em agosto 2015, a Fundação Nacional do Índio (Funai) lançou a cartilha "Entendendo a PNGATI", com o objetivo apresentar, em uma linguagem acessível, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), buscando apresentar exemplos de implementação da Política, trazendo uma série de exemplos e experiências com uma linguagem acessível. Com isso, torna-se importante trazer para discussão a análise da gestão ambiental como instrumento metodológico e como se dá a organização deste público para o acesso às políticas públicas, visto que pouco se tem sobre o assunto, contemplando assim uma análise mais profunda acerca das dificuldades dos povos indígenas em acessar as políticas públicas.

O boletim informativo *Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil*, publicado em 2014, menciona que em outubro de 2012, durante

reunião de avaliação da *II Feira de Sementes Indígenas*, realizada na Terra Indígena Pinhalzinho (Tomazina, PR), lideranças do povo guarani solicitaram a realização de uma cartografia social em suas terras, para a obtenção de informações sobre gestão territorial. Destacou-se ali a importância da cartografia para o planejamento da gestão territorial daquelas terras indígenas.

A presente pesquisa foi realizada na Terra Indígena Guarani Pinhalzinho, que se encontra localizada a 45 km do município de Tomazina (Paraná), às margens do rio das Cinzas. Este estudo foi realizado através da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto com às lideranças indígenas locais entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro 2016. Foram também consultados documentos oficiais e de organizações, além dos aportes da literatura científica relacionados à gestão ambiental em terras indígenas. Diante disso, o estudo teve como objetivo analisar as diretrizes governamentais e as principais experiências de gestão ambiental das terras indígenas no Brasil e, especificamente, as peculiaridades deste processo na Terra Indígena Guarani Pinhalzinho. Também procurou-se caracterizar as interfaces entre gestão ambiental e organização política, revalorização da cultura, identidade social e educação.

Desta maneira, a dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro analisa a situação das Terras Indígenas no Brasil de maneira geral e as novas ferramentas para gestão das terras indígenas, com destaque para a importância das experiências na Gestão Ambiental em Terras Indígenas, enfatizando na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI). O objetivo é caracterizar a situação fundiária das terras indígenas no Brasil, conhecer as ferramentas de etnomapeamento e etnozoneamento, que envolvem o etnodesenvolvimento das terras indígenas, assim como as experiências das terras indígenas que trabalham com os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) para, em seguida, focar os eixos e as diretrizes do PNGATI.

No segundo Capítulo relata-se uma breve história do Povo Guarani no Brasil, a chegada dos europeus e a ocupação das terras do povo Guarani na América do Sul. Do mesmo modo, se descreve a história de luta “persistência e resistência” da terra indígena Pinhalzinho, a demarcação da terra, a

participação da Funai na conquista das terras indígenas Guarani Nhandewa e a forma de organização sociopolítica da cultura Guarani.

No terceiro capítulo se analisará a importância das práticas culturais e do conhecimento indígena Guarani Nhandewa e sua interação com os projetos desenvolvidos pela escola indígena Ivy Porã, em conjunto com lideranças e moradores da aldeia, em parceria com os programas do Projeto Básico Ambiental (PBA) como medida mitigatória e compensatória pela construção da usina hidrelétrica Mauá no ano 2012, tendo como atividade prioritária a construção da Cartografia Social para a gestão territorial e a recuperação das áreas degradadas, a revitalização da cultura e a construção dos mapas da aldeia, além de atividades de gestão de resíduos sólidos. Desta forma, serão descritos os seis programas implementados no Projeto Básico Ambiental (PBA) na Terra Indígena Pinhalzinho e as características de sua implementação.

CAPÍTULO 1. QUESTÃO AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Nossa forma de reagir não é agressiva e não agrade ao meio ambiente, não agrade os animais que vivem em nosso território, então esse conhecimento que buscamos valorizar (Jefferson Gabriel, Diretor da Escola indígena, 2016).

O presente capítulo está organizado em quatro partes. Na primeira, apresentamos uma revisão da situação das Terras Indígenas no Brasil de maneira geral; na segunda parte a proposta é conhecer as novas ferramentas para gestão ambiental das terras indígenas; a terceira parte assinala a importância das experiências na Gestão Ambiental em Terras Indígenas; a quarta e última parte concentra-se na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI).

O objetivo é ter um olhar geral da situação fundiária das terras indígenas no Brasil, conhecer as ferramentas de etnomapeamento e etnozoneamento, que envolvem o etnodesenvolvimento das terras indígenas, assim como as experiências das terras indígenas que trabalham com os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) e, posteriormente, focalizar os eixos e as diretrizes do PNGATI.

1.1. Situação das terras indígenas no Brasil

Segundo o Censo do IBGE (2010), a população indígena no Brasil era de 817,963 mil indivíduos, dos quais 502,783 viviam na zona rural e 315,180 habitavam nas zonas urbanas. Foram registradas 305 etnias e 274 línguas indígenas, encontrando que 17,5% da população não falava a língua portuguesa. A população indígena no Brasil ocorre nas cinco regiões administrativas: 305,873 indivíduos na região norte, sendo esta a região com maior número de indígenas, com 37,4% do total da população indígena do Brasil: O Nordeste com 208,691, o Sudeste com 97,960, o Sul com 74,945 e Centro Oeste com 130,494 indígenas (IBGE, 2010).

Segundo a legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas como Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, Reservas Indígenas, Terras Dominais e Interditadas. De acordo com FUNAI (2017), atualmente, existem 562 Terras Indígenas (Tabela 1). Todas essas fases do procedimento demarcatório das terras tradicionalmente ocupadas de acordo com a Constituição Federal vigente: *“os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam”* (FUNAI, 2017).

Tabela 1. Terras Indígenas no Brasil

Fase do processo	Quantidade	Superfície (ha)
Delimitada	38	5.531.936,6827
Declarada	72	3.415.646,6662
Homologada	17	1.586.696,8980
Regularizada	435	105.648.344,8943
Total	562	116.997.082,2490
Em estudo	114	5.769,0000
Portaria de interdição	6	1.084.049,0000

Fonte: (FUNAI, adaptado pela autora acesso 2017).

De acordo com dados da Funai (2017), atualmente existem 435 terras indígenas regularizadas que representam cerca de 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, sendo que sua maior parte concentra-se na

Amazônia Legal, com 98,33% da extensão de todas as TIs do país. O restante, 1,67%, espalha-se pelas outras regiões.

Encontra-se que 54% das terras indígenas regularizadas no Brasil estão localizadas no Nordeste, seguida do Centro Oeste com 19%, Nordeste com 11%, Sul com 10% e Sudeste com 6%. Nesse contexto, as regiões com menor número de terras regularizadas no Brasil são o Nordeste, o Sul e o Sudeste (FUNAI, 2017).

Segundo a FUNAI (2017) As reservas indígenas regularizadas são as terras adquiridas pela União com registro em cartório. A posse e o usufruto destas terras são de exclusividade dos povos indígenas que as habitam. Atualmente, existem trinta e um reservas indígenas regularizadas (cerca de 42.621,1321 hectares). Existem também as Encaminhadas com Reserva Indígena, que estão em processo administrativo, ou seja, em vias de aquisição ou desapropriação. Atualmente, existem 15 áreas nestas condições (cerca de 3.867,7493 hectares) (Tabela 2).

Tabela 2. Reservas Indígenas no Brasil.

Reserva Indígena	Quantidade	Superfície (ha)
Regularizada	31	42.621,1321
Encaminhada RI	15	3.867,7493
Total	46	46.488,8814

Fonte: (FUNAI, adaptado pela autora acesso 2017).

Segundo Carvalho (2006, p.57), as delimitações das terras indígenas no Brasil “*pode ser um tanto contraditório para os indígenas*”, por que são isolados em pequenas ilhas, forçados a reproduzir-se em um espaço limitado e a manter as costumes e tradições de caça, coleta e pesca em áreas exploradas, reduzindo a “*relação do índio com a natureza*”.

1.2. Atuação política

Dados colhidos sobre os índios no Brasil, retirados e compilados do site da FUNAI (2017), mostram que a execução das políticas indigenistas surge a partir da criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) pelo Decreto-Lei n.º 8.072, em 20 de junho de 1910, que se constitui como órgão do Governo

Federal. Foi criada a Funai (Fundação Nacional do Índio) por meio da Lei n.º 5.371 de 05/12/1967, em substituição ao SPI. Atualmente, tem como missão a promoção de ações de etnodesenvolvimento, conservação, a recuperação do meio ambiental das terras indígenas e a proteção dos direitos indígenas. Com a edição da Lei n.º 6.001 de 19/12/1973 (conhecida como Estatuto do Índio) se formalizaram os procedimentos a serem adotados pela Funai para proteger e assistir às populações indígenas, inclusive no que diz respeito à definição de suas terras e ao processo de regularização fundiária (FUNAI, 2017).

Segundo Curi (2010), a Constituição Federal de 1988 abriu um novo capítulo na relação entre o Estado e os povos indígenas, estabelecendo o respeito à definição das terras ocupadas tradicionalmente pelos índios.

A preservação da cultura indígena está relacionada com a garantia de sua organização social, conforme seus usos e costumes, o que assegura a necessidade dos índios de possuírem espaço e tempo para o desenvolvimento de suas comunidades (CURI, 2010).

Tal como menciona Curi, os direitos indígenas sobre suas terras são originários, não havendo qualquer título anterior a esse direito, que se fundamenta pelo estatuto indígena (CURI, 2010). As políticas voltadas às comunidades indígenas, tais como as demarcações das terras, são de suma importância para uma regularização fundiária, garantindo um maior controle dos direitos originais dos povos indígenas no Brasil sobre a posse de terras (FUNAI, 2017).

Além disso, os povos indígenas fornecem uma construção de uma sociedade pluriétnica e multicultural, conforme disposto no Art. 24, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Neste sentido, as TIs são áreas de reprodução cultural e dos modos de vida dos indígenas.

As terras indígenas são áreas fundamentais para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, com a manutenção de seus modos de vida tradicionais, saberes e expressões culturais únicos, enriquecendo o patrimônio cultural Brasileiro (FUNAI, 2017).

Na atualidade, as práticas das políticas indigenistas ainda têm conflitos que tornam vulneráveis os povos indígenas, apesar das anunciadas interações do governo federal de integrar e melhorar as políticas indigenistas, junto com outros órgãos de governo. Para supostamente dar conta desses novos desafios, o Governo Federal deu início a uma reformulação da política indigenista em abril de 2016, com a reestruturação da Funai, com a criação da

CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista) e dos Comitês Regionais paritários, espaços políticos estratégicos do protagonismo dos indígenas junto ao governo. Nesse sentido, as definições de diretrizes estratégicas de atuação são essenciais para a proteção dos povos indígenas e seus direitos territoriais, bem como sua autonomia e modos de vida. Há assim um fórum de discussões de temáticas indigenistas, tais como: proteção social, etnodesenvolvimento, regularização fundiária, monitoramento e fiscalização territorial e gestão ambiental e territorial (FUNAI, 2017).

O protesto dos Povos Indígenas com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215) teve seus inícios no ano 2000, no qual propõe que as demarcações de terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação ambiental passem a ser responsabilidade do Congresso Nacional. O que implica que a constituição de 1988, onde se garante os direitos originais dos povos indígenas, está em ameaça e declínio. Além de inconstitucional, pode agravar ainda mais a problemática de conflitos fundiários, se a Câmara dos Deputados aprovasse a proposta da (PEC 215/2000), expondo-as a ocupações, invasões, desmatamento e exploração ilegal de recursos naturais nas Terras Indígenas no Brasil. Onde a maior ameaça dos Povos indígenas no Brasil é o fim das demarcações das Terras Indígenas, além que a proposta propõe reabrir procedimentos administrativos já finalizados, com a finalidade de regulamentar por lei os procedimentos das demarcações das áreas indígenas.

1.3. Novas estratégias e ferramentas para gestão ambiental das terras indígenas

As políticas indigenistas, tais como a Política Nacional de Gestão e Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto n.º 7747, no dia 05 de junho de 2012, são políticas ambientais, instrumentos políticos voltados para a proteção da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais nas terras indígenas no Brasil. De acordo com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (FUNAI, 2013):

Os povos indígenas ocupam, transformam e ressignificam seus espaços, segundo suas escolhas, tradições, normas e ritos, estabelecendo assim, formas de uso dos recursos naturais e de controle sobre os territórios tradicionais (FUNAI, 2013).

As políticas voltadas à gestão territorial e ambiental têm demonstrado a necessidade de fortalecimento de estratégias tradicionais junto com os órgãos de governo. De acordo com Rolim et al. (2013), dentre os principais desafios enfrentados pelos povos indígenas estão aqueles relacionados à integridade das terras indígenas e ao controle sobre acesso ao território; às mudanças nos sistemas econômicos, às mudanças no padrão de ocupação e uso do território, concentração populacional, às alterações no meio ambiente e na qualidade e disponibilidade dos recursos naturais e às mudanças nos sistemas sociais, políticos, culturais e naturais (ROLIM et al, 2013).

Desse modo, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (FUNAI, 2013) e a construção de planos de gestão territorial e ambiental são importantes ferramentas e instrumentos que contribuem para a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, na recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas.

Os PGTAs devem ser construídos conforme a especificidade de cada territorialidade indígena, as características políticas, sociais, culturais e econômicas de cada povo, bem como de acordo com as especificidades ambientais de seus territórios, desta forma o protagonismo indígena se reflete a visões do futuro das comunidades indígenas no Brasil (FUNAI, 2013).

Cada PGTAs deve ser construído a partir de diagnósticos participativos da cada aldeia indígena. Para Smith, a construção das estratégias de gestão ambiental tem que ser “*de dentro para fora*”, dado em seis pontos importantes com a utilização de etnoinstrumentos, construção de planos ambientais e formação de representantes indígenas, projetos de reflorestamento, proteção territorial e o fortalecimento institucional das organizações indígenas:

As principais estratégias indígenas e indigenistas de gestão ambiental em terras indígenas na Amazônia são os seguintes pontos: 1) uso de etnoinstrumentos, diagnósticos e zoneamentos socioambientais; 2) construção de planos de sustentabilidade ambiental e econômica dos recursos naturais; 3) formação de representantes indígenas locais; 4) elaboração e execução de projetos locais de reflorestamento, recuperação de paisagem, manejo de espécies da flora e fauna, resgate e manutenção da agrobiodiversidade; 5) elaboração e execução de projetos para melhorar a proteção territorial; 6) fortalecimento institucional das organizações indígenas, controle social de políticas indigenistas e ambientais (SMITH et al. 2010, p.8).

O processo de gestão ambiental é uma das atividades principais, que se tem que desenvolver nas terras indígenas utilizando-se os etnoinstrumentos. Para Smith et al. (2010), estes etnoinstrumentos utilizam uma grande variedade de mecanismos de diagnóstico e mapeamento, destacando os etnozoneamento, utilizado nas terras indígenas do Acre, do que mesmo modo os etnomapeamentos, mapeamentos participativos, o levantamento etnoecológico e o estudo etnogeográfico (SMITH et al. 2010). Segundo Little (2006), esses instrumentos geraram informação atualizada da situação ambiental de muitas terras indígenas da Amazônia. Na atualidade, os etnoinstrumentos são utilizados para a formulação de planos de gestão, de uso da terra e de manejo de recursos naturais.

Neste sentido, o processo de formação de agentes agroflorestais indígenas parece estimular a coesão social. No plano de gestão ambiental do povo Ashaninka do rio Amonea (AC), foram resgatadas as tradições de uso da terra e dos recursos naturais. Dessa forma, o protagonismo indígena na elaboração dos planos de gestão ambiental e territorial é fundamental para a formação continuada de representantes indígenas, que atuam como assessores de projetos locais de uso e ocupação da terra e dos recursos naturais (SMITH et al., 2010). Uma das instituições pioneiras na formação de agentes agroflorestais é a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC). Cujo processo de formação de agentes agroflorestais indígenas tem como finalidade a valorização das culturas locais (VIVAN et al. 2002). Entretanto, a aplicação das estratégias de gestão ambiental nas terras indígenas não só favorece a proteção do território demarcado, mas também a recuperação de nascentes e matas ciliares, no caso do Parque Indígena do Xingu. Segundo Smith et al. (2010), a promoção dos conhecimentos tradicionais com elementos da ciência ocidental cria novos métodos e instrumentos de gestão ambiental.

1.4. Experiências na Gestão Ambiental em Terras Indígenas no Brasil

Os conflitos de terras no estado do Acre envolvendo posseiros, fazendeiros, índios e brancos em 1976 desencadearam um processo de regularização de terras indígenas. Também surgiram entidades de apoio, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a União das Nações Indígenas

(UNI), a Comissão Pro-Índio do Acre (CPI/AC), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Comissão pela Criação do Parque Indígena Yanomami (CCPY) e o Conselho das Missões entre Índios (COMIN), *“entidades que prestaram serviços na luta pela preservação dos territórios indígenas, denunciando invasões e agressões realizadas contra os índios”* (CARVALHO, 2006, p. 57).

Carvalho (2006) afirma que os índios, apoiados por entidades indigenistas, buscaram uma forma de resistência frente aos abusos dos não índios e exigiram o direito a suas terras. Após 25 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre conquistaram 28 terras indígenas. Desta forma, as lutas pelas demarcações de terras indígenas continuam e aqueles que trabalham com gestão territorial buscam novas alternativas socioeconômicas para o desenvolvimento das comunidades. Aliando conhecimento tradicional à conservação de recursos naturais, os agentes agroflorestais indígenas, de diferentes etnias, estão se voltando para a gestão ambiental de suas terras no Acre. A gestão ambiental envolve a elaboração de planos territoriais e manejo de espécies florestais:

A gestão ambiental envolve a elaboração do plano de uso das TIs, a adoção de sistemas agroflorestais, o manejo da caça, da pesca e das espécies florestais mais utilizadas, a criação de viveiros e horta, a recuperação de áreas degradadas e roças abandonadas. Também estão incluídas atividades de vigilância e fiscalização e disseminação de informações e conscientização da comunidade (CARVALHO, 2006, p.58).

Do mesmo modo, a TNC (The Nature Conservancy), organização não governamental ambiental que atua com os povos indígenas, desenvolve diversos projetos nos biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal; e trabalha diretamente com povos e organizações indígenas da Amazônia nos estados do Amapá, Pará e Roraima. Em 2004, a TNC, em parceria com Funai, firmou o primeiro Termo de Cooperação com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), apoiando o desenvolvimento dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTAs), com base em três eixos temáticos: proteção e vigilância territorial, manejo e uso sustentável de recursos naturais e a formação de agentes ambientais indígenas:

1) Controle e proteção territorial: monitoramento, fiscalização e vigilância territorial, 2) Manejo e uso sustentável de recursos naturais: ações de conservação, recuperação dos ecossistemas e ações de manejo sustentável dos recursos naturais para segurança alimentar e geração de renda às comunidades Indígenas, 3) Formação para gestão territorial e ambiental: formação de Agentes Ambientais Indígenas, oficinas participativas (FUNAI, 2013).

De acordo com Carvalho (2006), a formação de agentes ambientais indígenas no PNGATI ocorre por meio de processos participativos e educacionais que incluem cursos, assessorias técnicas, oficinas itinerantes e intercâmbios para a identificação e sistematização (CARVALHO, 2006).

O livro *Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas* descreve a preocupação das lideranças do povo indígena Pataxó em relação à participação na elaboração e construção do Plano de Gestão Territorial feito por eles e não por terceiros; inicia-se, em conjunto e de forma integrada, a formação de agentes agroecológicos e agroflorestais, como uma forma de exercer o protagonismo indígena na gestão de seus territórios, reafirmando-se a importância da elaboração de seus próprios projetos (FUNAI; UNESCO, 2012). Entende-se como etnoconhecimento o conjunto de saberes tradicionais adquiridos e transmitidos de geração em geração. Desta forma, se valoriza o saber tradicional (CARVALHO, 2006). Segundo dados da FUNAI (2013), o Plano de Gestão Territorial Ambiental de Terras Indígenas é conformado por quatro etapas: sensibilização; diagnóstico; planejamento e execução:

Os processos de gestão ambiental realizados em terras indígenas têm sido desenvolvidos em quatro etapas principais: sensibilização; diagnóstico realizado com apoio dos etnoinstrumentos; planejamento e concepção de planos de vida ou de gestão; execução, monitoramento e revisão dos planos (FUNAI, 2013).

O boletim *Povos Indígenas e Meio Ambiente (Amapá e Norte do Pará)* publicado em 2010, menciona que o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque foi construído a partir de oficinas, junto com lideranças das aldeias indígenas e agentes ambientais, professores e organizações governamentais, com apoio da TNC e do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ) e de técnicos da Funai, tendo entre seus resultados os etnomapeamentos e o Plano de Vida dessas populações (IEPE, 2010).

Assim, o PGTA da Terra Indígena do Oiapoque foi desenvolvendo atividades produtivas, como roças, manejo dos peixes, animais e plantas, utilizando conhecimento tradicional e não tradicional, na proteção das áreas prioritárias e na formação de agentes indígenas para a gestão ambiental (MAZUREK, 2013).

Para Smith (2010, p.12), *“os projetos locais de gestão ambiental, para que sejam mais efetivos, precisam ser concebidos de forma participativa e protagonizados pelos indígenas”*. Nesta perspectiva, os ideais devem se organizar de dentro para fora, tendo-se em vista a importância dos diagnósticos participativos e dos programas de fomento à cultura, na reabilitação de conhecimento e atividades indígenas tradicionais. Segundo Almeida (2010), a construção de projetos locais pode trazer vantagens e desvantagens aos povos indígenas, dependendo da forma como estes projetos são apropriados e aplicados.

Conforme Carneiro-Filho e Souza (2009), para manter as áreas naturais na Amazônia é importante o controle dos projetos de desenvolvimento e a contenção das fronteiras agrícolas, *“Um dos maiores desafios à manutenção das terras indígenas na Amazônia é a contenção dos impactos diretos e indiretos dos projetos de desenvolvimento nacionais e regionais, e a expansão das fronteiras agrícolas”* (CARNEIRO-FILHO e SOUZA, 2009, p. 4). As regiões com maiores ameaças pelos projetos desenvolvimentistas são a Sudeste, Sul, Nordeste e Amazônia, onde os conflitos em torno das demarcações de terras são particularmente intensos. Desse modo, Smith (2010) afirma que os aspectos ambientais dentro dos territórios indígenas têm uma maior importância para garantir a sobrevivência das populações indígenas, não só para manter a biodiversidade, mas também para manter a cultura dos povos e sua relação com a natureza.

A Rede de Cooperação Alternativa (RCA) é uma aliança entre organizações indígenas e indigenistas que atuam na Amazônia brasileira, que promovem o intercâmbio cultural entre representantes de diferentes povos indígenas, sobretudo por ampliar a reflexão sobre temas e questões que são comuns aos povos indígenas da Amazônia *“na construção de processos de sustentabilidade territorial, ambiental, econômica e cultural, a refletir no papel das terras indígenas na Amazônia”* (GRUPIONI, 2011, P.133). Segundo

Carneiro-Filho e Souza (2009, p.26), *“as terras indígenas são mais eficientes do que as Unidades de conservação”* e são consideradas como *“muro de contenção ao desmatamento representado por terras indígenas e Unidades de Conservação”*. Nessa situação, apenas 1,3% das TIs da Amazônia apresentam desmatamento em seu interior, cumprindo com o papel de preservação e retenção dos impactos da expansão das fronteiras agrícolas (CARNEIRO-FILHO E SOUZA, 2009).

É neste sentido que a Rede de Cooperação Alternativa (RCA) promove o intercâmbio cultural das diferentes aldeias da Amazônia, como fóruns de discussão, troca de experiências e formação de representantes indígenas, o que impacta diretamente as terras indígenas, na implantação das políticas indigenistas e na gestão ambiental e territorial das aldeias (GRUPIONI, 2011).

Em relação aos impactos positivos da RCA na troca de experiências, destacam-se os povos indígenas do Xingu, que reformularam o modelo de gestão de sua associação (ATIX). Os Tuyuka aumentaram o povoamento de plantas frutíferas nativas e exóticas em seus quintais e roças após visitarem os Ashaninka, assim como introduziram a meliponicultura em suas aldeias após verificarem os resultados que os Ashaninka vinham obtendo com essa prática; os Matis passaram a valorizar mais seus conhecimentos tradicionais nas escolas após visitarem as escolas dos Yanomami; os Wajãpi resolveram construir o seu Centro de Documentação e Formação após visitarem o Centro de Formação dos Povos da Floresta no Acre; os Kaxinawá passaram a realizar captação de águas de chuvas após conhecerem esse sistema no Rio Negro (GRUPIONI, 2011).

Pode-se afirmar que as trocas de experiências amplia a reflexão sobre a importância da articulação da Rede na Amazônia para a articulação das diferentes organizações, assessores e povos indígenas. A realização desse conjunto de intercâmbios coletivos pela RCA sobre a temática da gestão territorial e ambiental nas terras indígenas propicia uma boa troca de experiências entre povos indígenas da Amazônia (FUNAI, 2013).

De acordo com Smith (2010, p.14), *“o receio da criação de uma política de gestão ambiental em terras indígenas que possa trazer restrições significativas ao modo de vida desses povos e interferir diretamente em sua forma de organização política e social é real”*. Tal receio pode ser minimizado

com uma melhor colaboração dos diferentes organizações e atores indígenas, com a participação das políticas públicas voltada para a proteção das terras indígenas e das florestas brasileiras (ROLIM et al. 2013).

Segundo a Rede de Cooperação Alternativa (2013), nas terras indígenas Velem do Javari, foi debatida a elaboração dos PGTA, com uma caracterização da região através de um etnomapeamento:

Nas terras indígenas Vale do Javari, estão sendo discutida a elaboração de um plano de gestão territorial e ambiental, elaborando diagnósticos participativos de biodiversidade, caracterizando detalhadamente a região, com ajuda dos etnomapeamentos, na formação complementar de professores indígenas e promovendo cursos de formação indígena (REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA, 2013, p.63).

Para Gallois (2004 p, 35), os povos indígenas que vivem no Amapá e Norte do Pará possuem uma grande diversidade cultural, natural, política, comercial e matrimonial, sem importar as fronteiras nacionais impostas, cada uma vivenciando tensões entre a conservação ambiental e a exploração predatória, enfrentando-se a *“falta de reconhecimento legal de seus direitos, principalmente à terra que tradicionalmente ocupam”* (REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA, 2013, p. 64).

Apesar disso, com base nas articulações dos diferentes agentes indigenistas junto a instituições como a Funai, a Rede de Cooperação Alternativa (RCA), o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) e outros parceiros desenvolvem-se projetos tais como a constituição do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e do Norte do Pará. Do mesmo modo, a criação de uma Rede de Articulação Transfronteiriça no Planalto das Guianas, no qual foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista (DTBC), promove Encontros Transfronteiriços com apoio da Fundação Rainforest, da Noruega (RCA, 2013).

É interessante notar que todas essas terras indígenas na Amazônia compartilham características similares na gestão territorial e ambiental, ações de manejo de recursos naturais, voltadas à segurança alimentar, com pouca ênfase na finalidade da geração de renda. Cada povo luta pela construção de modelos replicáveis de políticas públicas e para que as demandas sejam cumpridas e atingidas; a fim a que as necessidades dos povos indígenas sejam escutadas, é preciso garantir o fortalecimento das organizações indígenas

locais e regionais, com a intenção que possam efetuar uma boa interlocução com as instituições governamentais, por meio de fóruns e redes de diálogos. Nesse sentido, são promovidos os intercâmbios de experiências das aldeias indígenas, bem como a valorização dos conhecimentos tradicionais sobre o manejo dos recursos naturais, complementados com outros conhecimentos não indígenas.

1.5. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) começou a ser construída no início dos anos 1980 com a luta pela demarcação das terras e reconhecimento dos direitos territoriais indígenas protagonizado pelo então emergente movimento indígena, que culminou com a Constituição Federal de 1988; em 1992, os povos indígenas participaram ativamente da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que inaugura um conjunto de novos conceitos relacionados à contribuição dos povos indígenas para a conservação da biodiversidade. Outro fato importante foi a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2003, sendo reconhecidos os direitos dos povos indígenas na tomada de decisões nos projetos desenvolvidos; naquele mesmo ano se levou a cabo o projeto Gestão Ambiental em Terras Indígenas (GATI) e o Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTAs), como projeto piloto da implementação do PNGATI; em 2006 se criou a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e depois de um processo longo e com múltiplos desafios, foi oficializada a criação do PNGATI, em 05 de junho de 2012 (BAVARESCO et al., 2014). Desta forma, as ações de gestão ambiental desenvolvidas pela Funai passaram a ser norteadas pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). A resolução 7.747 tem como objetivo:

Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (Decreto 7.747, Junho de 2012).

De acordo com a FUNAI (2017), “as ações de gestão ambientais desenvolvidas pela instituição, são norteadas pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo decreto 7.747, de 05 de junho de 2012”. A resolução 7.747 tem como objetivo:

Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (Decreto 7.747, junho 2012, p.1).

Segundo Guimarães (2014), “as terras indígenas no Brasil são consideradas como áreas protegidas ou espaços territoriais especialmente protegidos”, utilizando a linguagem constitucional (art. 225 da CF/88), na qual essas terras fazem parte do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

De acordo com seu Art. 2º, é importante utilizar as ferramentas previstas no PNGATI, entre as quais estão os “Etnomapeamento e o Etnozoneamento”, que Little (2006) denomina “etnoinstrumentos”. Segundo Smith et al. (2010, p. 8), “trata-se de uma grande variedade de instrumentos de diagnóstico e mapeamento”. De acordo com Guimarães (2014), o PNGATI tem múltiplos desafios e discussões sobre o “Etnodesenvolvimento e Desenvolvimento sustentável no indigeníssimo brasileiro”. O processo de construção do PNGATI teve como base a participação dos povos indígenas e o envolvimento de suas organizações, com o empoderamento dos excluídos.

Para Stavenhagen (1985), o etnodesenvolvimento consiste em “valorizar e utilizar conhecimento e tradições locais, na busca da solução dos problemas; visando o auto-sustentação e independência de recursos técnicos e de pessoal” (STAVENHAGEN, 1985 *apud* GUIMARÃES, 2014. p.173). Portanto, para Guimarães (2014), a construção da política pública do PNGATI traz uma série de desafios para gestão de terras indígenas, junto aos órgãos governamentais como a Funai, uma vez que ainda persistem os conflitos relacionados com as demarcações das terras. Além disso, “a construção de um desenvolvimento diferenciado para os povos indígenas e outras comunidades tradicionais conduziu a uma formulação teórica”, que considerasse a autodemarcação e a autonomia de cada povo. O art. 2º do PNGATI define cada um dos ferramentais:

1. Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas.
2. Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do Etnomapeamento.

Como menciona Bavaresco et al. (2014), os instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial “são o resultado de um conjunto de experiências realizadas por diferentes atores: planos de manejo; planos de gestão territorial; planos de vida; diagnósticos participativos; estudos e pesquisas no âmbito das escolas nas aldeias”. Os PGTA (Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas) são incorporados como importantes “instrumentos de implantação da PNGATI, e visam à valorização do patrimônio material e imaterial indígena, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais”, assegurando a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas. “Estes instrumentos foram aplicados com métodos variados e orientados por diretrizes diversas, gerando informação atualizada acerca da situação ambiental de muitas terras indígenas” (LITTLE, 2006 e SMITH, 2010).

O Art. 3º do Decreto n. 7.747 contém treze diretrizes que reforçam e valorizam o reconhecimento e o respeito às contribuições dos povos indígenas, incluindo as mulheres, os jovens e os idosos na conservação da biodiversidade brasileira; ressalta ainda a necessidade de que o Estado contribua para a manutenção, recuperação e proteção dos recursos naturais nos territórios indígenas. Para Bavaresco et al (2014, p. 14), “as diretrizes trazem como principais orientações o protagonismo, a conquista de autonomia e a necessidade de participação qualificada dos povos indígenas na governança dessa política”.

Nesse sentido, se recuperam os valores de “liberdade e autonomia” dos povos indígenas após a Constituição de 1988. Como menciona Bicalho (2010), os indígenas, após a conquista da constituição de 1988, passam a sentir-se “livres, autônomos e autoconfiantes, pré-requisito para a autorrealização humana”, sentindo-se assegurados juridicamente, no reconhecimento dos direitos dos indígenas. Para Bicalho (2010), o protagonismo indígena é dado por um reconhecimento social pelos brasileiros, no qual os indígenas são capazes de lutar por seus direitos, por respeito e por igualdade:

Um padrão de reconhecimento de uma solidariedade social e a meta a ser alcançada por indígenas socialmente estimados, conscientes e autoconfiantes, capazes de falar e lutar, para que possam alcançar num futuro próximo o respeito e a estimação, entre os demais cidadãos Brasileiros (BICALHO, 2010, p.177).

Esse ponto de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, como menciona Bicalho (2010), é resultado de um processo de luta, *“persistência, resistência e perseverança”* dos indígenas. Tal como menciona Bavaresco et al. (2014), *“as diretrizes da PNGATI reforçam e valorizam o reconhecimento e o respeito às contribuições dos povos indígenas, incluindo as mulheres, os jovens e os idosos, na conservação da biodiversidade brasileira”* (BAVARESCO et al., 2014, p.40).

De acordo com Bavaresco et al. (2014), a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) está organizada por sete eixos (ver Anexo 01.), agrupados em objetivos específicos, de acordo com os temas de interesse para a gestão ambiental e territorial das terras indígenas. Os objetivos específicos são as metas detalhadas que devem ser seguidas para se alcançar o objetivo geral da política.

- 1 - Proteção territorial e dos recursos naturais.
- 2 - Governança e participação indígena.
- 3 - Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas.
- 4 - Prevenção e recuperação de danos ambientais.
- 5 - Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas.
- 6 - Propriedade intelectual e patrimônio genético.
- 7 - Capacitação, formação, intercâmbio e educação.

Exemplos de conquista na elaboração e execução dos PGTA são: as terras indígenas Marãiwatsédé/MT, do povo Xavante; Terras Indígenas Sai-Cinza e Munduruku/PA, do povo Munduruku, que são regiões prioritárias para o Governo Federal, assim como nos estados de Roraima, Acre, e no Mato Grosso (FUNAI, 2016).

Logo após a resolução do PNGATI no ano 2012, no Mato Grosso, segundo Garcia (2014), se realizou a execução do projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) junto ao povo Bakairí de Paranatinga, com atividades de intercâmbio e troca de conhecimento com outras etnias, em parceria com Funai. Segundo o Coordenador Regional da Funai a referência do PNGATI no Mato Grosso se expressa nos projetos denominados GATI:

Uma das referências dela (da PNGATI) aqui é o GATI, que está sendo implantado na Terra Indígena Bakairí. Fizeram um intercâmbio ligado à troca de sementes e agora eles tão pegando os índios de Santana (Terra Indígena Santana) e tão levando pra Juína, lá na aldeia Barranco Vermelho para participar de uma troca de sementes para intercâmbio de uma etnia com a outra, com relação à preservação de mata nativa (BENEDITO CÉZAR GARCIA ARAÚJO, COORDENADOR REGIONAL da FUNAI apud GARCIA, 2014, p. 55).

No entanto, as experiências dos povos indígenas do Mato Grosso são em suas primeiras etapas de grande motivação para a execução do PNGATI. Entretanto, Garcia (2014) menciona que *“o programa apresenta grandes desafios para sua efetiva implantação no estado”*, em concordância com os técnicos da Funai, quando afirmam que *“o processo de implantação da política tem sido lento em Mato Grosso”*.

Nesse sentido, um dos maiores contrastes que o governo enfrenta na implantação do PNGATI são *“os projetos desenvolvimentistas implantados em Mato Grosso pelo mesmo governo, que têm contrastado com os objetivos de conservação ambiental e de fortalecimento cultural proposto pela PNGATI”* (GARCIA, 2014, p.30). A realização de projetos de culturas de soja, milho e o fomento da pecuária extensiva são alguns das contradições da implementação do PNGATI em Mato Grosso, assim como a luta constante dos povos indígenas pelo reconhecimento de seus territórios. Para Garcia (2014 p.45), *“a expansão das fronteiras agrícolas no país e o incentivo à urbanização e à construção de infraestrutura integracionista, por intermédio de programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)”* são algumas das ações que desafiam a implantação efetiva da política (GARCIA, 2014, p.45).

O Programa reafirma o pressuposto de que a demarcação e a regularização fundiária são os primeiros passos para se pensar a gestão territorial e ambiental. Entretanto, Garcia (2014, p. 58) realça a contradição em relação a esse aspecto: *“como o governo promoverá ações de gestão territorial e ambiental, se ele mesmo (o governo) mobiliza-se contra a demarcação de terras indígenas?”*.

O mesmo autor enfatiza que os desafios são *“muitos”* com relação à regularização fundiária das terras indígenas no Brasil. Por outro lado, como mostra Garcia (2014, p. 66), é importante lembrar que foram aprovados apenas 16 projetos em todo o Brasil e *“a dificuldade existente de incluir os territórios indígenas em diversas regiões do país; uma vez que cada projeto é capaz de*

atender apenas uma ou algumas etnias em cada terra indígena na região amazônica". O PNGATI é um empreendimento ambicioso do governo que pode alcançar o sucesso em longo prazo, sempre que haja vontade política e esforço (GARCIA, 2014). Os desafios são muitos para o estado de Mato Grosso e a regularização das terras indígenas é uma das principais eixos na execução do PNGATI.

De acordo com o portal da Funai (em 2017), houve um avanço do PNGATI após a resolução no ano 2013, com o lançamento de edital no valor de R\$ 4.000.000,00, a partir de cooperação entre a Funai e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), o que levou à aprovação dos 16 projetos, que seriam iniciados em 2013 e 2014.

Exemplos de avanços na elaboração e execução dos PGTAs são: as terras indígenas Marãiwatsédé/MT, do povo Xavante; Terras Indígenas Sai-Cinza e Munduruku/PA, do povo Munduruku, situados em regiões consideradas prioritárias pelo Governo Federal, assim como nos estados de Roraima, Acre e no Mato Grosso (FUNAI, 2016). Segundo Guimarães, (2014, p. 173), "*as terras indígenas no Brasil são consideradas como áreas protegidas ou espaços territoriais especialmente protegidos*", utilizando a linguagem constitucional (art. 225 da CF/88), na qual essas terras fazem parte do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

Para concluir, as terras indígenas no Brasil ainda encontram-se em graus variados de reconhecimento pelo estado. A maioria sofre algum tipo de abuso por parte dos garimpeiros, madeireiros, pescadores e posseiros como aponta Villas-Boas (2004, p. 263). Portanto, as demarcações das terras indígenas são fundamentais para que exista gestão ambiental. Além disso, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) são as bases para a implementação do PNGATI. Apesar dos esforços do Estado e instituições como Funai pela implementação do Programa, os desafios são muitos, dada a extensão territorial do País e pelas características da nova política. Diante disso, há outros projetos que podem atingir algum dos objetivos do PNGATI, como é o caso do PBA implementado na terra indígena Pinhalzinho, como veremos adiante.

1.6. Políticas ambientais no Paraná

Na atualidade, no Estado do Paraná, existem três etnias indígenas: Guarani, Kaingang e Xetá. A maioria vive nas 22 terras indígenas demarcadas pelo governo federal, onde recebe assistência médica, odontológica e educação diferenciada bilíngue (ver tabela 3). Segundo a FUNAI (2017), sua alimentação, os materiais para a construção de suas moradias, as plantas medicinais e o transporte fluvial são algumas das necessidades básicas.

Tabela 3. Terras indígenas no Estado de Paraná

Nº	TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
1	Pucarana	Kaingang	PR	Londrina	5.574,95	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
2	Apucarana	Kaingang	PR	Tamarana	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
3	Araçá	Guarani	PR	Piraquara	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
4	Avá-Guarani do Ocoi	Guarani Kaiowá	PR	São Miguel do Iguaçu	231,887	Regularizada	Reserva Indígena
5	Barão de Antonina	Kaingang	PR	São Jerônimo da Serra	3.750,72	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
6	Faxinal	Kaingang	PR	Cnadedo de Abreu	2.043,89	Regularizada	Dominal Indígena
7	Herarekã Xetá	Xetá	PR	Ivaté	2.686,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
8	Ilha da Cotinga	Guarani	PR	Paranaguá	1.701,20	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
9	Ivai	Kaingang	PR	Pitanga, Manoel Ribas	7.306,36	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
10	Ka'aguy Guaxy-Palmital	Guarani	PR	União da Vitória	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
11	Laranjinha	Guarani, Kaingang	PR	Abatiá, Santa Amelia	284,2412	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
12	Mangueirinha	Guarani, Kaingang	PR	Chopininho, Coronel Vivida, Mangueirinha	16.375,76	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
13	Marrecas	Kaingang	PR	Guarapuava, Turvo	16.838,57	Regularizada	Dominal Indígena
14	Pinhalzinho	Guarani	PR	Tomazina	593,372	Regularizada	Reserva Indígena
15	Queimadas	Kaingang	PR	Ortigueira	3.077,76	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
16	Rio das Cobras	Kaingang, Guarani	PR	Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras	18.681,98	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

17	Sambaqui	Guaraní	PR	Pontal do Paraná	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
18	São Jerônimo	Kaingang, Guaraní, Xeta	PR	São Jerônimo da Serra	1.339,34	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
19	Tekoha Guassú Guavira	Guaraní Nhandeva	PR	Guiara	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
20	Tekoha Itamarã	Guaraní Nhandeva, Guaraní Mbya	PR	Diamante D' Oeste	242	Regularizada	Reserva Indígena
21	Tibagy/Mococa	Kaingang	PR	Ortigueira	859,909	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
22	Yvyporã Laranjinha	Guaraní Nhandeva	PR	Cornélio Procopio, Abatia, Ribeirão do Pinhal	1.238,00	Declarada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: (FUNAI, adaptado pela autora acesso 2016).

Pesquisa feita pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA, 2003), indica que dos 80% de florestas originais do estado de Paraná restam hoje apenas 20%, concentrados basicamente na Serra do Mar, no Parque Nacional do Iguaçu e na região centro sul. O então Secretário Estadual de Meio Ambiente, Luís Eduardo Cheida, relatou que de todos os sérios problemas ambientais que existem no Paraná, a ausência de cobertura florestal é a mais trágica, pois leva ao empobrecimento do solo, assoreamento dos rios, à redução da biodiversidade animal, à extinção de espécies e à alteração da velocidade dos ventos e do clima: “são danos irreparáveis” (SEMA, 2003).

Cabe mencionar a lei estadual nº 11.352 que constitui a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), no dia 13 de fevereiro 1996, sendo um órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, tendo como finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestais, cartográfica, agrária-fundiária, de controle da erosão e de saneamento ambiental. Para a execução de suas políticas ambientais, a SEMA conta com duas autarquias: o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e a SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) (SEMA, 2006).

O IAP tem como missão proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental estadual, buscando melhor qualidade de vida e desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade. A

SUDERHSA, dentre as suas atividades, realiza obras de saneamento e serviços técnicos de engenharia para o controle de erosão e recuperação de áreas degradadas; o desenvolvimento e a execução de projetos de aterros sanitários, programas de coleta seletiva de lixo urbano e de embalagens de agrotóxicos, assim como o gerenciamento de recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado (SEMA, 2006).

Neste sentido, para deter o desmatamento no Paraná, o governo do Estado, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, anunciou o investimento de cerca de R\$ 82 milhões em ações ambientais destinadas à recomposição da cobertura florestal. Desta forma, a Secretaria do Meio Ambiente tem um papel fundamental na recomposição da cobertura florestal já que eles estão trabalhando na elaboração de programas voltados a preservação, educação ambiental e conservação de florestas, assim como o IAP afirma ter redobrado a fiscalização para evitar o desmatamento ilegal (IAP, 2010).

Apesar das políticas públicas voltadas para a gestão ambiental nas terras indígenas no Brasil, a região sudeste do país depara-se com diversos impasses sobre processo de gestão ambiental e territorial, sendo esta região a mais afetada pelas reduzidas demarcações territoriais. Uma das principais políticas públicas que se está trabalhando nesta região é o Plano Básico Ambiental ou também chamado Projeto Básico Ambiental (PBA), que contém o detalhamento das medidas mitigadoras e compensatórias para mitigar impactos ambientais identificados no EIA/RIMA (CARDOSO, 2012).

Visando o controle da poluição, da contaminação e da minimização dos impactos ambientais, o Estado de Paraná instituiu a Lei Estadual nº 12.493, de janeiro de 1999, que *“estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos no Estado”* (SEMA, 2006). Através da Lei Estadual nº 12.726, de 1999, são estabelecidos critérios para a utilização por eventuais empreendimentos de águas subterrâneas ou superficiais. A Lei Estadual nº 13.806 de 2002 estabelece normas sobre as atividades que possam causar eventuais emissões gasosas, de materiais particulados e odores decorrentes da referida atividade (SEMA, 2006).

O Paraná tem uma produção aproximada de 20 mil toneladas por mês de resíduos de todas as origens, sendo que alguns municípios ainda possuem lixões a céu aberto. As cidades grandes, médias e pequenas sofrem com a ausência de um sistema integrado no gerenciamento dos resíduos gerados.

Nesse contexto, por meio da intervenção do governo do estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) foi criado o Programa Desperdício Zero, abordando aspectos fundamentais como: acondicionamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, aspectos que estão ligados diretamente ao saneamento ambiental. Tais aspectos devem ser implantados para a obtenção de resultados positivos em termos de saúde pública e de qualidade de vida. O objetivo principal é a eliminação de todos os lixões existente no Estado e a redução dos resíduos gerados diariamente. Porém, a SEMA, através do Programa Desperdício Zero, busca implementar uma política pública de resíduos sólidos do estado do Paraná, na qual tem duas vertentes: a eliminação de 100% dos lixões no estado e a redução de 30% dos resíduos, gerando, como objetivos principais, mudanças de atitude e de hábito de consumo, minimização de geração de resíduos, combate aos desperdícios, incentivo à reutilização de matérias e reaproveitamento de matérias através de reciclagem (IAP, 2010).

CAPÍTULO 2. HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA TERRA INDÍGENA PINHALZINHO.

Nós somos daqui, tirar-nos de aqui e como o tirar um dedo da mão, arrancar um dedo na mão vai morrer, tirar um índio daqui vai matar ele (Jefferson Gabriel 2016).

Neste capítulo, se relata uma breve história do Povo Guarani no Brasil, a chegada dos europeus e a ocupação do povo Guarani na América do Sul. Do mesmo modo, se descrevem a história de luta “persistência e resistência” da terra indígena Pinhalzinho, a demarcação da terra, a participação da Funai na conquista das terras indígenas Guarani Nhandewa e a forma de organização sociopolítica da cultura Guarani.

2.1. O Povo Guarani no Brasil

De acordo com Azevedo et al. (2008, p.8), os *“Guaranis estão situados na região das fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai, cerca de 100.000 pessoas estão distribuídas em aproximadamente 500 aldeias e/ou comunidades nos três países”*. Segundo Mota (2006), o povo Guarani *“são os mais conhecidos em termos arqueológicos, históricos, antropológicos e linguísticos”*. De acordo com Azevedo, o povo Guarani é uma das populações indígenas com maior presença no Brasil:

Os Guaranis habitam o litoral Atlântico no Brasil, a região do Chaco no Paraguai, o noroeste da Argentina e o leste da Bolívia, os Guaranis constituem uma das populações indígenas de maior presença territorial no continente Sul-Americano (AZEVEDO et al., 2008).

Para Mota, os estudos arqueológicos mostram que os Guaranis “*vieram das bacias dos rios Madeira e Guaporé, no leste da América do Sul*”. Esses grupos indígenas ocuparam continuamente diversos territórios ao longo da bacia dos rios Paraguai e Paraná até Buenos Aires; também se expandiram para a porção esquerda do Pantanal, São Paulo, Santa Catarina, Rio grande do Sul, ocupando Uruguai e a Paraguai (MOTA, 2006). Ao longo da história, conforme Mota (2006), os povos Guarani “*mantiveram esses territórios até a chegada dos primeiros Europeus a partir de 1528*”, registrando em vários documentos “*os limites do vasto domínio Guarani*”. Na atualidade, o povo Guarani mantem a convivência com os não-indígenas em seus territórios tradicionalmente ocupados, como afirma Azevedo et al. (2008).

Não se pode afirmar que a convivência de povos indígenas e não indígenas ocorra de forma harmônica, como aponta o mesmo autor, “*a população indígena segue sendo afastada em pequenas ilhas*”, depois da conquista das terras (Azevedo et al. 2008). De acordo com Almeida et al. (2010), uma das características dos povos Guaranis era ocupar terras de boa qualidade, apresentando boas características para na agricultura e produção de alimentos. Ressalta-se a importância do estabelecimento das aldeias perto dos rios, tal como afirma Mota:

Os Guaranis ocuparam os vales e as terras adjacentes de quase todos os grandes rios e seus afluentes. Quase nunca estabeleciam suas aldeias e roças em áreas campestres. Todos os sítios arqueológicos localizados estão inseridos em áreas cobertas por florestas, seguindo o padrão de estabelecer as aldeias e as plantações em clareiras dentro da mata (MOTA, 2006, p.15).

Os povos Guarani pertencentes à família linguística Tupi-Guarani são conhecidos por distintos nomes: Chiripá, Kainguá, Monteses, Baticola, Apyteré, Tembukuá, entre outros. No entanto, sua autodenominação é Avá, que significa, em Guarani, “*pessoa*” (AZEVEDO et al., 2008). Os povos Guaranis se assemelham entre si, no aspecto cultural, pero mantendo a particularidade de cada aldeia:

Diferencia internamente em diversos grupos, muito semelhantes entre si, nos aspectos fundamentais, de sua cultura e organizações

sociopolíticas, porém, diferentes no modo de falar a língua guarani, de praticar sua religião e distintos no que diz respeito às tecnologias que aplicam na relação com o meio ambiente (AZEVEDO et al., 2008).

Mota (2006) descreve os povos Guarani como grupos indígenas muito semelhantes com características diferentes, o que torna necessária a incorporação de “marcadores étnicos”. Ao mesmo tempo, há a importância de conhecer sua origem em comum, na “*proximidade histórica, linguística e cultural*”, ressaltando as diferenças entre os grupos Guarani, na forma de sua “organização sociopolítica e econômica” (MOTA, 2006).

De Paula et al. (2011) expõe que a população indígena no Brasil como um grupo “*heterogêneo, fragmentado e multifacetado*”, referindo-se na diversificação das etnias, ocupação territorial no país e a língua. Embora compartilhem a mesma família linguística, cada povo diferencia-se por características fonéticas. De acordo com Kondo (2013), é importante observar a cada povo indígena dentro de suas “*especificidades*”, com características semelhantes e a “*particularidade*” de cada etnia. Tal como marca Bicalho (2010), é importante “criação de instituições que atuem conforme na realidade de cada povo indígena”. Neste sentido, o autor assinala a particularidade dos povos Guarani, que não são povos homogêneos na linguística e nos costumes:

Os guaranis não são um povo homogêneo, existem diferenças entre as parcialidades, nas formas linguísticas, costume, prática rituais, organização política e social, orientação religiosa, assim como formas específicas de interpretar a realidade vivida e de interagir segundo determinadas situações (FAUSTINO, 2006, 2001 *apud* KONDO, 2013, p. 27).

Segundo Azevedo et al. (2008), há quatro povos Guarani dispersos em três países diferentes: Brasil, Argentina e Paraguai. Os Guarani que vivem hoje no Brasil são: os Mbya, os Pãi-Tavyterã, conhecidos no Brasil como Kaiowá, os Avá Guarani, denominados no Brasil Ñhandewa, e os Ache-Guayakí. Para Mota (2006), as premissas que norteiam a organização social dos povos indígenas Guarani são as relações de parentesco e as alianças políticas dadas pelos casamentos:

Visto em estudos arqueológicos e antropológicos, realizados para estudar e compreender os povos Guaranis, mostrando que as aldeias tinham tamanhos variados, podendo comportar mais de mil pessoas, mantendo relações de parentesco e de alianças políticas (MOTA, 2006 p. 15).

Azevedo et al. (2008, p.9) relata que antes da chegada dos espanhóis e portugueses na América no ano 1500 “os Guarani já haviam desenvolvido um modo de ser, que mantinham vivas a memória de antigas tradições, praticando uma agricultura muito produtiva”. No entanto, um dos maiores problemas que enfrentaram os povos Guarani depois da chegada dos conquistadores foi ter que “suportar a invasão, destruição de sua terra e a ameaça contra seu modo de ser”, através das frentes de exploração econômica, após anos de 1864-1870 e a ocupação sistemática das terras indígenas, no caso do sul do Mato Grosso (AZEVEDO et al., 2008).

Entretanto, na década de 1880-1940, naquela região, a “produção de erva mate foi a primeira riqueza extraída do território indígena”. Conseqüentemente, em 1950, o SPI demarcou oito reservas indígenas, para o interior das quais foram deslocados e confinados os Guarani, com o objetivo de promover a “assimilação dos indígenas”. Portanto, os males persistiriam com a introdução da soja em 1970 e a mecanização da agricultura e, mais recentemente, a implantação da cana-de-açúcar na década dos 1980 (AZEVEDO et al., 2008).

Como afirma o mesmo autor, as transformações nas frentes de expansão fizeram que os povos Guarani ficassem no “fundo das fazendas”. As explorações econômicas no Brasil levaram os povos Guarani sofrerem uma forte dependência salarial, a necessidade de empregarem-se nas usinas e fazendas de seu entorno (AZEVEDO et al., 2008).

Segundo Packer (2013), é importante reconhecer as ocupações das terras pelos povos Guarani no oeste de Paraná, tais como mostra o trabalho “Violações aos direitos humanos e territoriais dos Guarani”, desenvolvido junto com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que compreende os atuais municípios de Guairá e Foz de Iguaçu, que fazem limite com o Paraguai e com a Argentina e que se autodenominam “Ava-Guarani ou Nhandewa” (PACKER, 2013). Para Packer, a área dos povos indígenas se distingue pela mobilidade dos núcleos familiares, na autonomia familiar para ocupar espaços dentro da aldeia:

A territorialidade Guarani se caracteriza pela mobilidade dos núcleos familiares, e das famílias extensas formadas por eles... Cabe ressaltar a autonomia das famílias para escolherem seus lugares de ocupação, e a necessidade de se manter uma distância espacial entre si como forma de evitar conflitos (PACKER, 2013, p.8).

Nos registros sobre os povos Guarani, são apontados como grupos nômades. No entanto, para Meliá “Não são propriamente nômades, mas colonos dinâmicos” (MELIA, 1981: 186 apud KONDO, 2013, p. 8). Pode-se entender que o dinamismo dos povos era uma estratégia de sobrevivência; e o deslocamento era uma forma de intercâmbio entre aldeias, na troca de material vegetal, uma forma de fortalecimento da “agrobiodiversidade étnica” (ALMEIDA et al. ,2010).

De acordo com Packer, a complexidade das relações de parentesco e a livre mobilidade das famílias sobre seus territórios tradicionalmente ocupados foram violentadas com a imposição das fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai (PACKER, 2013). Assim, por exemplo, no relato do Sr. José da Silva (Pajé da aldeia do Pinhalzinho), a respeito da sua chegada à aldeia do Pinhalzinho vindo do Mato Grosso:

Eu não sou de aqui, eu vim de Mato Grosso, mas eu tenho familiar lá no Paraguai, tenho familiar em todo o sul de Brasil (José da Silva, em 02/02/2016).

Como mostra Packer, um dos fatos mais importantes para os povos Guarani que viviam no oeste do Paraná foi a criação em 1892 da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, pelo estado brasileiro, com o fim de garantir a posse oficial das terras (PACKER, 2013). Isso levou o povo Guarani a empregar-se com os ervateiros e madeireiros, em condições de trabalho escravo (ARAUJO et al. 2009). Outro fato importante, segundo Packer, foi a construção do Parque Nacional do Iguaçu:

Outro golpe para os povos Guaranis, implantado por o governo de Vargas, no oeste de Paraná, foi à criação do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) em 1939, no qual foi retirada toda presença humana de uma área de 185.262 hectares, o que leva a expulsão violenta dos indígenas (PACKER, 2013).

Outro caso também de injustiça foi a desocupação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas Nhandewa do Norte de Paraná, quem foram reduzidos a poucos núcleos famílias e forçados a manter alianças com os não índios e a mudar suas estratégias de sobrevivência (ARAUJO et al. 2009).

Como relata Packer (2013), a situação dos Indígenas Guaranis no oeste do Paraná foi “insistentemente ignorada pelo Estado brasileiro ao longo de todo o século XX”. Os fatos ocorridos com os povos Guarani foram atos violentos,

com a expulsão violenta de seus territórios, a violação dos direitos humanos e a imposição da língua portuguesa. O povo Guarani guarda em sua memória coletiva os eventos mais marcantes da história, especialmente a privação de seu conhecimento tradicional, a violação de seus direitos, expulsão de seus territórios e a privação das tradições (ARAUJO et al. 2009).

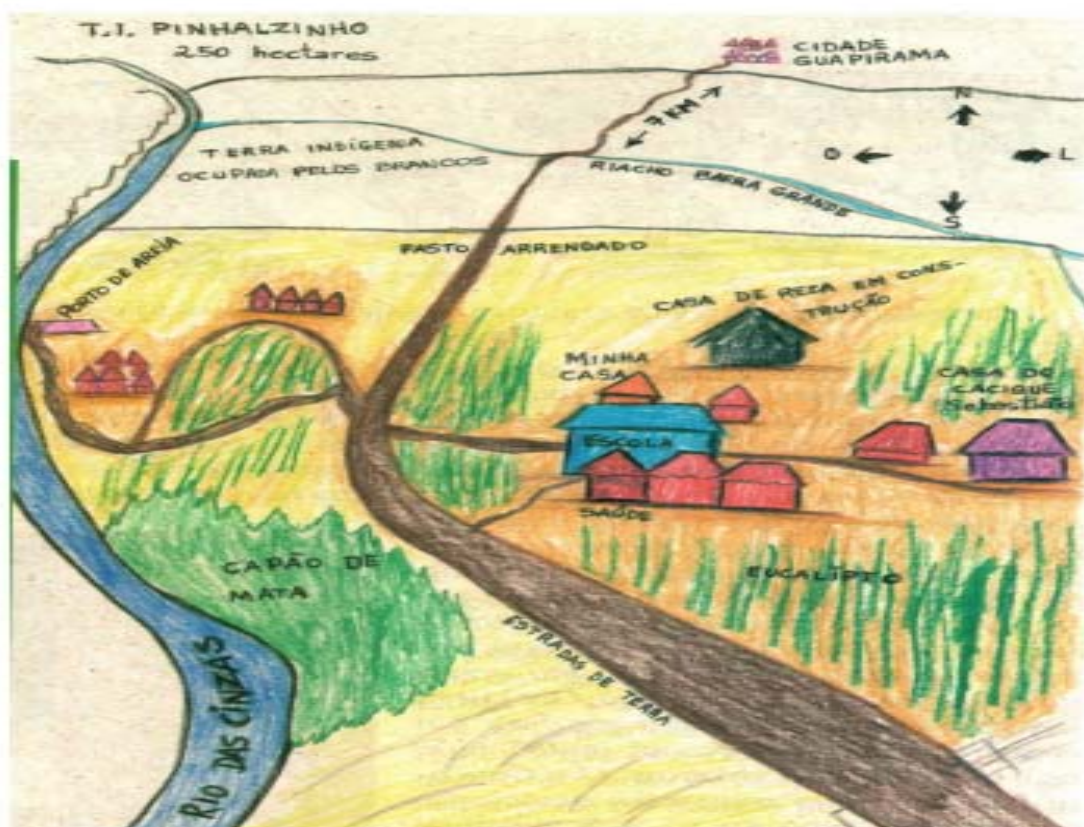
2.2. A terra Indígena Pinhalzinho

Para caracterizar e conhecer um pouco mais da história da TI Pinhalzinho, será realizada uma recopilação dos trabalhos publicado por Pereira e Cervilheri (2007), Kondo et al. (2012), uma análise do Projeto Político Pedagógico, elaborado em 2014 pela escola pública em funcionamento na comunidade e entrevistas com as lideranças da aldeia. De acordo com o portal da Escola Estadual Indígena Yvi Porã, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um *“documento que normatiza a organização escolar de cada estabelecimento de ensino, regulamentando os propósitos e as intenções descritos no seu Projeto Político Pedagógico”*. Desse modo, o PPP é um *“instrumento legal”* que regula a organização de cada estabelecimento de ensino, indica a direção a seguir, não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias (VEIGA, 2002).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2014), a recopilação de diferentes memoriais descritivos em diferentes datas mostra que a área ocupada pelos indígenas da TI Pinhalzinho pertencia à Fazenda Jaboticabal da Barra Grande, com área total de 758 hectares. A Terra Indígena Pinhalzinho está localizada a aproximadamente trinta e seis (36) km de Tomazina e a sete (7) km de Guapirama, no estado do Paraná, às margens do rio Cinza (Figura 1.):

As Terras de Pinhalzinho pertenciam à ex-fazenda Jaboticabal da Barra Grande, no então município de Tomazina e foram doadas por Augusto de Assis Teixeira. Em 04 de Junho de 1904 é formulado o Memorial Descritivo da medição e demarcação das terras, já ocupadas por índios Guarani. A área contava com 313,5 alqueires, medida hoje alterada em razão, sem dúvida, de “práticas espoliativas”, o memorial descritivo tem carimbo de conferencia com original pelo SPI, em 1917. Parece que a homologação em juízo federal, da área, deu-se em 5/3/1918 em Curitiba (PPP, 2014, p.4).

Figura 1. Terra Indígena Pinhalzinho.



Fonte: Paraná, Secretaria Estadual de Educação. Departamento de diversidade (2011. P. 11).

Segundo o IBGE (2010), a aldeia contava com uma população de 120 pessoas, distribuídas em 35 famílias, sendo que aproximadamente 60% da população era formada por homens e 40% por mulheres. As etnias presentes na Terra Indígena são: Guarani Kaiowá, Guarani Nhandewa e Kaingang. Entretanto, em 2016, a população da aldeia era estimada por suas lideranças em aproximadamente 160 pessoas, distribuídas em 40 domicílios.

A população da aldeia está “composta de indígenas puros e também de mestiços, pelos casamentos com não índios. Tendo a presença de duas famílias Kaingang na comunidade” (KONDO et al. 2013, p.29). De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 56,9% da população total da aldeia Pinhalzinho fala alguma das línguas indígenas. Aproximadamente 68 pessoas adultas de mais de 25 anos falam a língua materna, enquanto 43,1% das pessoas mais jovens não a falam mais, o que corresponde a 52 indivíduos (IBGE, 2010).

De acordo com a FUNAI (2017) e a legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73-Estatuto do Índio, Decreto n.º1775/96), a aldeia Pinhalzinho é considerada “Reserva Indígena” por se tratar de “*terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas*” (FUNAI, 2017,). São terras “regularizadas”, contando com uma superfície de 593,3 hectares. Os indígenas da Terra Indígena Pinhalzinho se reconhecem como Guarani Nhandewa. Tais como as características dos povos Guarani, as casas da aldeia Pinhalzinho estão distribuídas conforme o grau de parentesco e consanguinidade:

A terra indígena pinhalzinho apresenta uma distribuição da população que está diretamente relacionada com a cultura Guarani: os grupos familiares, ligados por laços de parentesco, costumam construir suas casas mais ou menos próximas formando pequenos núcleos. Assim temos dois núcleos distantes cerca de 3 km entre si, um de cada lado da estrada que corta a reserva. Além desses núcleos encontramos outras habitações mais esparsas (PEREIRA; CERVILHERI, 2007, p. 2 *apud* KONDO, 2013 p. 30).

De acordo com Kondo et al. (2013), a comunidade fica próxima a bairros, fazendas e centros urbanos, o que facilita o contato com o não índio, havendo a necessidade de deslocarem-se até as cidades vizinhas, que são Tomazina e Guapirama, para poder adquirir roupas, alimentos e outros produtos. O autor enfatiza a importância do registro da memória da Aldeia Pinhalzinho, presentes, preponderantemente, entre os anciões da aldeia:

O fato de quase não haver registros e documentos sobre esses indígenas (Pinhalzinho) dificulta a precisão de dados, por exemplo, época que vieram a residir neste local, números de indígenas (KONDO et al., 2012).

Para entender melhor os fatos mais relevantes relacionados à ocupação e da apropriação da Terra Indígena Pinhalzinho, cabe destacar as datas com maior destaque na Cartografia Social, elaborada pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), sob a coordenação técnica do professor Roberto Martins de Souza, em conjunto com os membros da comunidade e a escola indígena Yvy Porã no ano 2013, e no PPP (2014), a partir de diferentes memoriais descritivos. Destaca-se, por exemplo, que em 1917 as atividades desenvolvidas pelos índios eram “*produção de arroz, rapadura e também sua dedicação ao fabrico de chapéus, esteiras, redes, peneiras*” (PPP, 2014, p. 4).

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, a população indígena do Pinhalzinho foi “*atingida por uma epidemia de gripe e um pouco mais tarde por*

um enorme surto de malária”, que causou o deslocamento dos sobreviventes para outros locais, “ficando a reserva praticamente sem índios” (PPP, 2014, p.5). Segundo o diretor da escola indígena (2016), nos relatos dos mais velhos, a história da ocupação da Terra Indígena Pinhalzinho está marcada por dois fatos importantes: *“nos anos 30, 40, a aldeia Pinhalzinho sofreu uma epidemia de gripe e de fogo que matou muito índio”*.

Para Kondo et al. (2013, p.31), *“constantemente algumas famílias alternadamente se deslocam para outras comunidades”*. Assim, em 1947, a aldeia Pinhalzinho contabilizara apenas 11 índios considerados puros e 42 mestiços (PPP, 2014). Nos anos 50, tal como mostra a recopilação de relatórios oficiais, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) *“cedeu as terras da reserva à Seção de Fomento Agrícola (SFA), para experiências e produção de sementes”*. O mesmo autor enfatiza a redução da população indígena no Posto Indígena de Pinhalzinho, criado em 1970 (PPP, 2014). Este fato importante na história da aldeia Pinhalzinho foi assim descrito pelo diretor da escola em uma entrevista:

A gripe e o fogo... matou e espantou o índio; foi onde o Estado interveio e começou os arrendamentos das terras. Eles começaram a maquinar as terras, começou a derrubar tudo o que os mais velhos plantaram, veio a maquinaria, veio maquinando, veio tomando um espaço que era nosso, derrubando a árvores, expulsando os animais. Então muita gente de nossa aldeia foi indo embora.

A partir daquele período, os indígenas na aldeia Pinhalzinho sofreram múltiplas violações de seus direitos por parte de colonizadores, fazendeiros e até mesmo de funcionários da Funai. Como evidencia o Sr. Sebastião Mario Alves (cacique) em 02/02/2016, o impacto de algumas doenças naquele período: *“eu me lembro de quando eu era criança, que quem tomava conta daqui era o funcionário da Funai, deste Pinhalzinho, por que não tinha índio mais, depois da febre amarela”*. O relatório do PPP (2014) evidencia a intrusão das terras indígenas por parte de posseiros. Em 1976, ex-funcionários do SPI requereram autorização para morar (continuar morando) no P.I. Pinhalzinho, alegando serem funcionários do Ministério da Agricultura, atuando naquela região. O cacique descreve uma breve história da sua infância e como os fatos levaram a sua família a deslocar-se para fora da aldeia:

Quando eu tinha cinco, seis anos, me lembro bem, o chefe branco, ele não gostava que cortasse a banana e nem o coqueiro, mas eu

cortava. O que meu pai fazia? O meu pai plantava ali. Depois o chefe branco vendia tudo para eles, repartiam o dinheiro entre eles.

Dentro dos fatos mencionados pelo cacique, ele se lembra de quando os seus pais decidiram cortar um cacho de banana dentro da aldeia Pinhalzinho e o chefe da aldeia, que não era índio, os expulsou da aldeia:

Os índios não podiam fazer nada... os índios, para cortar os cachos de banana, tinham que pedir para o chefe, sendo que quem plantaram ali foram meus tios, meu pai. Então aconteceu que minha mãe cortou um cacho de banana e meu pai cortou um coqueiro. Os chefes brancos mandaram para fora da aldeia meus pais.

Depois do acontecimento da expulsão, a família do cacique buscou refúgio junto aos indígenas localizados em Bauru (SP), onde permaneceram por dois anos e de onde, posteriormente, migraram para trabalhar em fazendas:

Lá na outra aldeia, em Bauru, lá em São Paulo, tinha coronel, e o coronel podia matar no meio da aldeia o índio e ninguém falava nada para ele. E ali com meus pais ficamos dois anos lá dentro da aldeia. Depois a gente saiu para trabalhar em fazenda, por que a gente não podia voltar para a aldeia mais.

No ano de 1977, tal como descreve o PPP (2014), só existia a presença de quatro famílias indígenas Guarani na aldeia Pinhalzinho. Também sobressai a presença de “intrusos”, não indígenas que tomaram posse das terras da aldeia Pinhalzinho. Nesse sentido, os arrendatários foram se convertendo em um problema para a retomada da posse das terras pelos indígenas (PPP, 2014). Na década de 1980, tal como relata o Sr. Reginaldo Alves do então cacique e liderança na comunidade com grande foco ambiental e cultural, os indígenas da aldeia de Laranjinha decidiram retomar as terras dos posseiros. Essa retomada teve momentos de intensos confrontos armados entre indígenas e posseiros/arrendatários. Os relatos do cacique denotam uma grande nostalgia dos anos junto a sua família, lembrando-se de seu protagonismo na recuperação das terras da aldeia Pinhalzinho:

Então quando eu já era cacique não tinha muita experiência, só coragem, fui até a outra aldeia em uma reunião com o povo de Santa Amélia em Laranjinha e falei assim: ‘em Guapirama tem trezentos alqueires tomado pelos posseiros e os posseiros são ex-funcionários da Funai’. Conversei bastante com as lideranças da outra aldeia, de Laranjinha; depois, com gente da aldeia de Laranjinha, que ajudaram a expulsar os posseiros; e de madrugada chegaram dois caminhões, trator e aí chega outro caminhão de gente; 60 homens. Todos foram lá em baixo, perto do rio Cinza.

No relato, o cacique salienta que a luta foi bastante intensa, sendo que morreram três indígenas durante o processo de expulsão e luta contra os posseiros:

No dia seguinte começou a correria dos posseiros. Todos com medo por que a gente ia tomar aqui a aldeia. Passou dois dias para atacar os posseiros e tirar eles de nossas terras. A briga foi bastante forte lá no campo de futebol, que morreu três pessoas. Foi uma briga que correu sangue. Enquanto seguia a luta, as mulheres ficavam lá em cima, onde está a escola, rezando junto com os mais velhos, para que desse tudo certo.

Esta área pertencente aos indígenas Guarani *“esteve praticamente desabitada por índios. A partir daí a Funai retoma a povoação com índios, principalmente de Laranjinha”*. Pode-se detalhar tais fatos sobre o repovoamento da aldeia Pinhalzinho com as informações fornecidas pela Sra. Claudenise Alves.

Ficam próximas outras aldeias, a 80 km daqui, se chama Laranjinha, a 40 minutos daqui. Lá se tem familiar, lá mora meu irmão, muitos parentes. Assim como aqui na aldeia, as casas que ficam próximas é por que é parente, irmão, sobrinhos, filhos.

Entretanto, os conflitos relacionados à posse da terra por parte dos intrusos, iniciados em 1985, tornavam-se cada vez mais evidentes, ocupando *“quase metade da reserva e suas melhores terras, fazendo uso da coação física e da ameaça contra os índios, para conservar sua situação de posseiro”* (PPP, 2014, p.6). Na memória da Sra. Claudenise Alves, foi no ano de 1985 que as pessoas chegaram à aldeia Pinhalzinho para lutar, onde muita gente passou mal por que não tinha o que comer, só ficava na escola rezando para que desse tudo certo. A luta com os posseiros foi bastante violenta:

Eu morava lá na escola, quando os posseiros eles viram, nossa... o posseiro chegava ali com ameaças o dia domingo; era só movimento que se tinha ali, com armamento pesado, era só tiroteio, eles falavam que iam atacar a gente correndo. Os posseiros falavam: ‘aqui ninguém pode passar’. Meu esposo trabalhava para os posseiros destas terras e falaram para ele: ‘toma cuidado’, ameaçou ele. Depois como a gente se conhecia com o posseiro, por que meu marido trabalhava para eles, falou assim: ‘Eu sei que vou perder estas terras, eu fui ver as escrituras da terra, mas não consegui, por que estas terras não são minhas’.

Mesmo assim, os conflitos continuaram na área até 1986, quando os indígenas de Pinhalzinho *“acusam os intrusos de portarem armas ostensivamente e permitirem a entrada de caçadores e pescadores na reserva”*. Também se expõe o assassinato de um indígena como consequência

dos conflitos de terra (PPP, 2014). Até os dias de hoje, há uma luta constante pelo respeito à demarcação das terras da aldeia Pinhalzinho com as fazendas vizinhas. Uma das lembranças do cacique, de sinal de vitória, foi a expulsão dos posseiros da TI Pinhalzinho. Ele relata que demorou *“20 anos certinhos de luta, para que os posseiros saíssem destas terras”*.

Um por um foram saindo, o pai deles morreu, e assim mesmo, até o dia de hoje, que o último posseiro saiu que tinha um sitio aqui perto... Por isso é que eu falo para as crianças: quando você vê uma pessoa maior, respeita sempre ele, dá respeito ao índio que lutou, à índia que rezou bastante, por que não foi fácil a luta. Morreu bastante índio.

Do mesmo modo, o cacique lembra-se dos parentes que morreram na luta pelas terras: *“ali perto no campo tem a cruz onde mataram o índio Osvaldinho”*. Não só da aldeia Pinhalzinho, mas aqueles outros parentes que ainda estão na luta pelas demarcações de terras. Tal como enfatiza o cacique: *“então o dia de hoje está tudo tranquilo aqui na aldeia. Daqui para frente, as crianças podem cantar nela, podem correr, podem brincar, podem pescar, podem caçar, por que têm liberdade”* (Sebastiao Mario Alves, 03/02/2016).

2.3. Organização sócio-política

Na aldeia Pinhalzinho, segundo o PPP (2014), a organização política da aldeia está dada como primeiro o Líder, seguido pelo Cacique e pelo Vice-Cacique; finalmente, as lideranças que representam politicamente a comunidade na tomada de decisões. Tal como descreve a Cacique Sebastião Mario Alves:

Dentro da aldeia, temos pessoas muito importantes que conhecem nossa história, como minha irmã [...], que é uma pessoa idosa. Porém tem muito conhecimento de como rezar, também sobre nossas tradições, que ajuda a orientar os mais jovens.

Na comunidade, destaca-se a importância dos líderes e o respeito das pessoas. Um exemplo claro é o Diretor da Escola Estadual Indígena Yvy Porã, bem como o Sr. Reginaldo Alves, além do pajé da aldeia, Sr. José da Silva, e o cacique Sebastião Alves, só para mencionar alguns. A relação do Líder com a comunidade tende a sobressair, como relata o Projeto Político Pedagógico:

O líder... é ele que juntamente com os demais líderes organiza as atividades de trabalho coletivo, realizações diárias, comemorações durante o ano, entre outros feitos comunitários, representando dentro e fora da terra indígena os interesses da comunidade (PPP, 2014).

Para o senhor Sebastião, é preciso ensinar os mais jovens sobre a referência da liderança da aldeia. Ele aponta que *“para ser um bom líder se tem que ensinar com o exemplo, pensar no bem-estar da aldeia. Só para aclarar, por exemplo, na hora da comida, os líderes e o cacique são os últimos a comer. Se pensa no bem comum da aldeia; nós trabalhamos assim”*.

As comemorações são parte fundamental das tradições Guarani, como bem descreve Kondo et al. (2012, p. 4): a *“religiosidade ainda mantém alguns hábitos religiosos de seus antepassados”*, resguardando ainda em preservar a cultura Guarani, *“como a pescaria, utilização de remédios do mato, rituais sagrados, crisma, rezas, danças e casamentos”* (PPP, 2014, p. 9). Tal como descreve a Sra. Denise Alves: *“minha religião é a da minha cultura (Guarani), mesmo quando se tem duas religiões aqui na aldeia”*. Além das crenças tradicionais, há indígenas católicos e evangélicos, reafirmando que há liberdade de escolha religiosa, como relata o cacique, Sr. Reginaldo: *“ninguém é obrigado a nada. Cada um é livre para seguir a religião que quiser”*.

Segundo Azevedo et al. (2008), a religião dos povos Guarani é guardada pelo pajé, que *“é o líder religioso que deve encontrar, mediante a inspiração e as longas orações, o nome da pessoa, segundo o lugar espiritual de onde vem. O nome é parte integrante da pessoa”*. Assim, segundo Azevedo (2008), *“não pode faltar a casa de reza”*, que é construída de sapé e depende das características de cada povo Guarani:

Para a gente é muito importante a casa de reza, por que é ali onde a gente sabe o que é ser índio Guarani, ali a gente conhece os remédios. É necessário ensinar as crianças que tudo que se tem no mato é bom e que é remédio. Deus foi que deixou ali (José da Silva, 03/02/2016).

O que se torna visível na aldeia Pinhalzinho é a construção de duas casas de reza. Uma de elas é localizada perto da casa do Sr. José da Silva, que é o Pajé: *“os rituais mais comuns estão o pedido por chuvas e bênçãos para crianças”* (ALEIXO, 2013, p. 3). Há também bençãos para as sementes, para os cultivos e para se obter uma boa safra (Figura 2).

Figura 2. Casa de Reza da TI Pinhalzinho



Fonte: FUNAI (Acesso 2017).

Outra característica muito marcante na cultura Guarani é o “sistema agrícola Guarani”, tal como mostra Almeida et al. (2010, p.237), que está baseado em um modelo tradicional, um calendário agrícola:

O modelo tradicional Guarani utiliza um calendário agrícola próprio da cultura, que define os ciclos e manejo do ambiente, no qual está dividida em duas estações: ara pyau (tempos novos, que corresponde ao período Primavera/verão) e o ara yma (tempos antigos, o período de outono/inverno) (ALMEIDA et al., 2010, p. 237).

Na aldeia Pinhalzinho, os ciclos agrícolas estão baseados nos aspectos climáticos, tal como afirma o cacique: *“Temos que observar os tempos de chuva, de seca, os bichos do mato, os passarinhos, tudo do nosso entorno”*. O povo Guarani estimula a observação dos fenômenos ambientais, para a *“ordenação de suas atividades agrícolas”*, da mesma forma que na influência das fases da lua. Tal como afirma Almeida et al. (2010), o preparo da terra é realizado entre o final do *ara yma* e o início do *ara pyau*, que é o final da lua cheia e o início da lua minguante (ALMEIDA et al., 2010).

Segundo Almeida et al. (2010), o Estado brasileiro reafirmava, no plano conceitual, a importância do sistema de produção tradicional indígena, por meio do agora extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), na preservação do meio ambiente e o fortalecimento da agrobiodiversidade. De acordo Almeida e Norder (2014), pode-se observar algumas ações voltadas para a valorização

da agrobiodiversidade na aldeia Pinhalzinho como as “*Feiras de Troca de Semente Crioulo-Tradicionais Indígenas*”, realizadas anualmente, desde 2011, como estratégia de resgate (ALMEIDA e NORDER, 2014).

Um aspecto importante, como assinala Almeida et al. (2010, p. 235), do povo Guarani é “*a importância de seus cultivares, como milho, os tubérculos e outros alimentos ancestralmente produzidos*”. Portanto, a redução dos territórios traz como consequência a reorganização da agricultura Guarani, incorporando o modelo agrícola ocidental (ALMEIDA et al. 2010).

Neste sentido, cabe assinalar que na TI Pinhalzinho a utilização de alguns implementos e maquinarias, como o trator, é importante para a produção de feijão, milho, abobora e outros produtos. Não obstante, a forma de produção Guarani se mantém nas roças coletivas. No caso de Pinhalzinho, os “terrenos coletivos” de uso familiar ainda se preservam. Porém, Almeida et al. (2010) afirmam que não é possível que o sistema produtivo de base ocidental (modelo agrícola da revolução verde) possa substituir a forma de produção Guarani. Segundo o PPP (2014), “*a agricultura da aldeia Pinhalzinho é baseada principalmente no cultivo de milho, arroz, feijão, mandioca, amendoim, batata doce e outras raízes para consumo diário*”. A agrobiodiversidade é assim descrita pelo cacique, na produção do seu quintal e a produção tradicional da cultura guarani:

Eu planto mais coisas para comer, planto laranja, mangas, bananas, mamão, limão, abacate. Agora eu estou plantando mais de 100 pés de banana, no futuro tenho pensado plantar mais de 2000 pés de banana. Aqui na aldeia a gente tem mandioca, nós temos milho, mais dá pouco. Não precisa colocar açúcar, por que ele já é doce naturalmente. Depois quando seca ele pode socar e fazer bolo... O milho do índio mesmo, ele não tem muitas coisas técnicas. Aqui se tem de tudo, se tem de muitas cores, vermelho, amarelo, pintadinho e roxo.

No entanto, o nível socioeconômico, tal como menciona o PPP (2014), é baixo, no qual aponta que “*quase toda a população é beneficiada pelo programa da Bolsa Família*”. Neste quadro, cabe assinalar a necessidade das pessoas da aldeia Pinhalzinho de empregarem-se nas cidades.

Pode-se dizer que até os dias de hoje há uma luta constante pelo respeito à demarcação das terras da aldeia Pinhalzinho com as fazendas vizinhas, apontando assim à importância da demarcação e regularização dos territórios como pressuposto para o Bem Viver, para a preservação e revitalização da

cultura e para a gestão ambiental. Destacam-se ainda os processos comunitários e participativos e o envolvimento das organizações indígenas nas iniciativas de gestão ambiental de seus territórios, algo que com frequência vem sendo articulado com ações visando o fortalecimento da identidade étnica e cultural.

CAPITULO 3. OS PROGRAMAS AMBIENTAIS NA TERRA INDÍGENA PINHALZINHO.

Este capítulo irá analisar a importância das práticas culturais e do conhecimento indígena Guarani Nhandewa e sua interação com os projetos desenvolvidos pela escola indígena Ivy Porã, em conjunto com lideranças e moradores da aldeia, em parceria com os programas do Projeto Básico Ambiental (PBA), como medida mitigatória e compensatória pela construção da usina hidrelétrica Mauá no ano 2012, tendo como atividade prioritária a construção da Cartografia Social para a gestão territorial e a recuperação das áreas degradadas, a revitalização da cultura e a construção dos mapas da aldeia, além de atividades de gestão de resíduos sólidos. Desta forma, serão descritos os seis programas implementados no Projeto Básico Ambiental (PBA) na Terra Indígena Pinhalzinho, os avanços e logros do projeto.

3.1. Metodologia

A presente pesquisa foi realizada na Terra Indígena Guarani Pinhalzinho, que se encontra localizada a 45 km do município de Tomazina (Paraná), às margens do rio das Cinzas (Figura 3). Este estudo foi realizado através da

aplicação de entrevistas semiestruturadas junto com às lideranças indígenas locais entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro 2016. Foram também consultados documentos oficiais e de organizações, além dos aportes da literatura científica relacionados à gestão ambiental em terras indígenas. Esta comunidade Guarani é composta por 150 pessoas, distribuídas em 37 famílias, e a área ocupada é de 593,00 hectares. As línguas faladas são guarani e português, sendo que a primeira foi praticamente substituída pela língua portuguesa (KONDO et al. 2012).

As entrevistas permitiram que os entrevistados relatassem alguns elementos do processo histórico da aldeia e seus principais logros obtidos durante este tempo e dos projetos socioambientais que vinham sendo implementados na aldeia, como é o caso, notadamente, do Projeto Básico Ambiental (PBA), e da importância, de uma forma geral, das concepções e práticas de gestão ambiental na terra indígena, com destaque para o envolvimento da escola Yvy Porã com a comunidade e com o PBA.

Figura 3. Localização da Terra Indígena Pinhalzinho



Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2017).

3.2. Estrutura Geral do PBA na TI Pinhalzinho

De acordo com Verdum (2007), o Estado brasileiro tem fomentado diversos projetos de desenvolvimento, como a construção de usinas

hidrelétricas de pequeno porte por todo o Brasil, o que gera a necessidade de mitigar, compensar e minimizar seus impactos sociais e ambientais. Estes projetos de desenvolvimento, como aponta o autor, geram múltiplos problemas, entre os quais: o deslocamento de comunidades tradicionais, a desestruturação de famílias, o alagamento de espaços simbólicos. Tais impactos levam os empreendedores a programar obras compensatórias, de mitigação e minimização de danos (VERDUM, 2007). Nuti (2007) afirma que mais de 100 mil pessoas chegam a ser deslocadas pela construção de usinas hidrelétricas, sendo que 60% desta população é formada por habitantes de áreas rurais e 40% por habitantes de áreas urbanas;

Mas de 100 mil pessoas são deslocadas pela construção de projetos hidrelétricos, onde aproximadamente 60% habitantes são de áreas rural em diferentes regiões e situação de sobrevivência (ribeirinhos, camponeses, posseiros, pequenos proprietários etc.) e 40% de habitantes de núcleos populacionais urbanos, bairros periféricos de cidades médias serão objeto de ações de remanejamento populacional (NUTI, 2007).

O mesmo autor aponta que no dado mostrado anteriormente não se contabilizam as populações indígenas e quilombolas. Neste sentido, o projeto de construção de barragem para a geração de energia elétrica pode causar danos socioambientais e provocar o deslocamento de comunidades tradicionais e povos indígenas.

De acordo com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP, 2010), os instrumentos do licenciamento ambiental são: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e o Projeto Básico Ambiental (PBA) para implantação de usinas hidrelétricas (UHE) e centrais hidrelétricas (PCH) no território Paranaense (IAP, 2010). O EIA é um documento técnico-científico e administrativo que tem como finalidade identificar os impactos de um determinado empreendimento, analisando a tomada de decisão, quanto à viabilidade ambiental do projeto, como é apresentado pelo Instituto Ambiental do Paraná: *“O EIA deverá determinar o grau de impacto do empreendimento, propor medidas mitigadoras, compensatórias e de controle ambiental, procurando garantir o uso sustentável dos recursos naturais”* (IAP, 2010, p.4).

O processo de análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve ser acompanhado por um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), em

conformidade com a Resolução CONAMA nº 001/86, identificando os impactos ambientais e as medidas mitigatórias e compensatórias:

Identificação do Empreendedor e da Consultora, Características básicas do empreendimento, Síntese do Diagnóstico Ambiental, Identificação dos Impactos Ambientais mais relevantes e suas medidas mitigadoras e compensatórias, Síntese dos Programas Ambientais, Síntese Conclusiva (IAP, 2010, p.4).

Uma vez obtido o relatório e o Estudo de Impacto Ambiental se detalham todas as medidas mitigatórias e compensatórias do Projeto Básico Ambiental (PBA), com ações específicas do empreendimento.

O Projeto Básico Ambiental (PBA) na TI Pinhalzinho teve seu início em 2006, após análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apontando a inexistência de impactos em terras indígenas fora da bacia hidrográfica onde a estava prevista a construção de barragem para a usina hidrelétrica, conclusão que foi questionada pelo Ministério Público Federal, que levou a novos estudos indicando seus potenciais impactos em diversas terras indígenas da região. Os resultados obtidos foram encaminhados como complementação do EIA/RIMA em 2009 e uma das recomendações da antropóloga do Ministério Público Federal foi a necessidade de inclusão no processo de outras cinco terras indígenas, devido aos laços de parentesco. Desta forma, em 2010 se realizaram as primeiras reuniões com a Fundação Nacional do Índio (Funai), com a Companhia Paranaense de Energia (Copel) e os representantes das oito terras indígenas que foram atingidas pela construção da usina, que são: Mococa, Queimadas, Apucarantina, Barão de Antonina, São Jerônimo, Laranjinha, Pinhalzinho e Iwy Porã, junto com a equipe técnica dos empreendedores para a elaboração dos Programas Básicos Ambientais das terras indígenas (GÓES, 2014).

Na revista da Companhia Paranaense de Energia (Copel), publicada em 2013, afirma-se que *“destinou nos últimos dois anos mais de R\$ 6 milhões de reais para projetos desenvolvidos em 28 terras indígenas do Paraná”*, que beneficiam os povos indígenas com investimentos em energia elétrica, além de programas sociais e ambientais de compensação pela construção da usina hidrelétrica Mauá. Afirmou-se ainda que a implementação do PBA a partir de 2012 nas aldeias levou à *“construção de escritórios, garagens, oficinas mecânicas, barracões para armazenamento de grãos e insumos agrícolas e*

viveiros de mudas”. Os insumos, a maquinaria e animais foram comprados pelos empreendedores e repassados para as aldeias.

Segundo Góes (2010), o PBA desenvolvido nas oito terras indígenas da bacia do rio Tibagi considerou a relação de parentesco existente entre as aldeias: *“existem vínculos de parentesco, sociais e simbólicos entre as famílias indígenas habitantes das terras indígenas São Jerônimo (São Jerônimo da Serra), Laranjinha e Yvy Porã/ Posto Velho (Santa Amélia) e Pinhalzinho”* (GÓES, 2010).

Dessa forma, considerou-se que a Terra Indígena Pinhalzinho estava entre as terras indígenas atingidas pela construção da usina hidrelétrica Mauá, no rio Tibagi, e como medida compensatória a aldeia Pinhalzinho foi incluída no Projeto Básico Ambiental (PBA), como relatou o cacique Sebastião Alves em 2016:

Inundaram uma aldeia aqui perto e deram uma compensação, deram bastante coisas (maquinaria, trator, camionetas, cavalos) para compensar; a represa que fizeram aqui perto, inundaram muitas casas e as pessoas foram abrigadas a sair; ali no Mococa inundaram toda a terra, se foi tudo, cemitérios, tudo.

Com a aprovação do Projeto Básico Ambiental (PBA), através do ofício nº 340/2012/DPDS-FUNAI-MJ, em 2012, definiu-se um conjunto de medidas de mitigação, apoio e compensação para as oito Terras Indígenas na região. Foram constituídos oito programas e treze subprogramas voltados aos aspectos ambientais e aspectos socioculturais. Os Programas e Subprogramas estão organizados da seguinte forma:

- I- Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA.
- II- Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias das Comunidades Indígenas.
- III- Programa de Vigilância e Gestão Territorial das Terras Indígenas.
- IV- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes.
- V- Programa de Fomento a Cultura e Fomento a Atividades de Lazer.
- VI- Programa de Melhoria da Infraestrutura das Terras Indígenas.
- VII- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água do Rio Tibagi.
- VIII- Programa de Monitoramento da Fauna.

Diante disso, o PBA se relaciona com as lideranças da aldeia Pinhalzinho e a escola Indígena Ywy Porã. Serão discutidos aqui as formas de implementação dos seis programas e as atividades realizadas desde o início do projeto em 2012 até 2015. Conforme descrito no Plano de Trabalho do PBA,

serão aqui caracterizadas as atividades encaminhadas pelo projeto do PBA na Terra Indígena Pinhalzinho.

- a. Programa de articulação de lideranças indígenas, execução, gestão e monitoramento do PBA.
 - Subprograma de gestão do PBA.
 - Subprograma de articulação inter-aldeã e interinstitucional do PBA.
 - Subprograma de intercâmbio.
- b. Programa de apoio às atividades agropecuárias das comunidades indígenas.
 - Subprograma de agricultura.
 - Subprograma de beneficiamento de produtos, certificação orgânica e criação de marcas indígenas.
- c. Programa de vigilância e gestão territorial.
- d. Programa de recuperação de áreas degradadas e proteção de nascentes.
- e. Programa de fomento à cultura e fomento às atividades de lazer.
 - Subprograma de revitalização de conhecimentos e atividades indígenas tradicionais.
 - Subprograma de apoio ao artesanato
 - Subprograma de fomento às atividades de lazer
- f. Programa de melhoria da infraestrutura das terras indígenas.
 - Subprograma de gestão de resíduos sólidos.

3.3. A Implementação do PBA na TI Pinhalzinho

No seguinte apartado serão descritas as experiências e avanços da aldeia Pinhalzinho na implementação dos seis Programas e os nove Subprogramas, cada um com seus objetivos específicos do PBA, como forma de compensação do impacto da UHE Mauá. Também será discutida a importante participação da Escola Indígena “Yvy Porã” e das lideranças nas diferentes atividades dos diversos projetos apoiados pelo PBA para a preservação e resgate da cultura Guarani Nhandewa.

a) Articulação de lideranças indígenas no PBA

Este Programa tem como objetivo *geral* “*oportunizar a participação indígena em todas as etapas de implementação das ações vinculadas ao processo de gestão e execução dos Programas*”. As atividades empreendidas no início do projeto foram definidas a partir de reuniões com os representantes indígenas a partir da elaboração de um diagnóstico. O Subprograma de Articulação Inter-Aldeia e Institucional traz como atividade principal a criação de fóruns de discussão entre as oito terras indígenas para formular e avaliar as ações implementadas no PBA. A participação dos representantes da aldeia

Pinhalzinho contribui para aprimorar as atividades previstas na aldeia indígena Pinhalzinho (CARSTEN, 2014).

Do mesmo modo, o Subprograma de Intercâmbio teve o objetivo de viabilizar a troca de experiências entre as oito terras indígenas, o que propiciou a participação dos moradores da aldeia Pinhalzinho em um curso de artesanato ministrado por um cacique Guarani-Mbya com a finalidade promover o Intercâmbio com a experiência de capacitação em Gestão e Organização Produtiva da Terra Indígena Guarita, no município de Tenente Portela (RS), tendo como participantes da Terra Indígena Pinhalzinho as lideranças José Silva, Claudenize Alves e Josiane da Silva (CARSTEN, 2014). A participação do pessoal da aldeia Pinhalzinho no Intercâmbio Cultural da Terra Indígena Ywyty Guaçu (Aldeia Renascer) ocorreu em junho 2014 (CARSTEN, 2014).

Logo após este intercâmbio de experiências entre as aldeias indígenas, a Senhora Claudenize Alves expressou o desejo de criar uma associação de mulheres indígenas semelhante à conhecida na TI Guarita: *“aqui chegou um projeto de horta coletiva para mulheres, eu estava muito emocionada em trabalhar com todas as mulheres da aldeia”* (Claudenize Alves, 02 de Fevereiro de 2016).

b) Apoio às Atividades Agropecuárias

De acordo a Góes (2014), a economia das oito terras indígenas afetadas pela construção da usina hidrelétrica Mauá baseia-se em roças de subsistência e na criação de pequenos animais para consumo familiar, especialmente com a criação de porcos, galinhas e peixes, além do artesanato como complemento da renda familiar. Tal como descreve o cacique Sebastião Alves, o investimento para um pequeno galinheiro na TI Pinhalzinho pode beneficiar toda a família;

Dentro do sítio a gente pode ter um galinheiro para produção de ovos e carne, permitindo que a família tenha comida na hora, consegue pegar um frango e come toda a família.

De acordo com Gadelha e Maluf (2008), a produção de alimentos para autoconsumo é um *“elemento chave para o aceso a uma alimentação segura”*, valendo-se ressaltar que as produções de alimentos de autoconsumo são, em geral, *“saudáveis”*. No mesmo sentido, o cacique menciona que *“os alimentos produzidos dentro do pomar são mais saudáveis do que os que vêm de fora,*

por que nós tentamos não colocar tóxico”, o que indica uma produção inspirada em valores tradicionais e com a preservação da identidade Guarani Nhandewa.

As atividades realizadas no Subprograma de Agricultura têm como objetivo geral *“promover ações de melhoria na segurança alimentar, saúde e nutrição em conformidade com o método orgânico de produção agropecuária”* (GOES, 2014). De acordo o cacique, entre as oito terras indígenas que compunham o projeto do PBA em 2013, foi cultivado mais de cem hectares de milho, feijão e arroz: *“são os alimentos que mais se consome, por isso precisamos cultivar”*, ressaltando ainda a questão ambiental e cultural na produção de alimentos.

Os brancos (não índios) falam que se nós utilizamos maquinaria para nossas culturas nós não somos mais índios, por que o índio tem que viver no mato, sem mexer com ele. Sim, o índio vende o que produz, então ele está ganhando dinheiro e não precisa mais ajuda dos programas do governo.

Neste sentido, o principal objetivo do Programa é fortalecer *“a segurança alimentar das famílias, principalmente a produção de alimentos de primeira necessidade, como milho, feijão e arroz”*. Segundo Góes (2014), uma das atividades empreendidas no primeiro ano do Projeto Básico Ambiental na aldeia Pinhalzinho, em 2013, foi uma análise do solo; posteriormente, se realizaram as correções de solo com fosfato natural e calcário. O mesmo autor enfatiza que as áreas plantadas na Terra Indígena Pinhalzinho foram divididas da seguinte forma: para a cultura de feijão foram plantados nove hectares, quinze hectares para a de milho, 1,3 hectares para arroz e para mandioca dois hectares, perfazendo uma área total 25,4 hectares (Góes, 2014), como mostra na Tabela 4.

Tabela 4. Área cultivada por cultura na aldeia Pinhalzinho 2013.

Cultura	Variedade	Aldeia (Núcleo)	Forma de produção	Área em alqueires	Área em hectares.
Milho	IPR 114	Cinzas	Coletivo	2,22	5,37
Feijão	Imperador e Formoso	Cinzas	Coletivo	0,25	0,60
Milho	IPR 114	Meio	Coletivo	0,98	2,37
Feijão	Imperador e Formoso	Meio	Coletivo	0,98	2,37
Milho	IPR 114	Sede	Familiar	2,94	7,11

Feijão	Imperador e Formoso	Sede	Familiar	2,51	6,07
Arroz	-	Sede	Familiar	0,55	1,33
Mandioca	-	Sede	Familiar	0,08	0,19
Total				10,51	25,41

Fonte: Relatório anual do PBA-componente indígena-UHE-Mauá, 2014, adaptado pela autora.

Neste sentido, foram divididas as áreas e culturas da terra indígena Pinhalzinho até 2016. A equipe técnica e a comunidade trabalham de forma coordenada para a obtenção das safras. De acordo com Góes (2014), a estimativa de produção de milho era de 200 sacas por alqueire era de 100 sacas/alqueires de feijão. A utilização de adubos orgânicos e o início de uma agricultura orgânica foi adotada pela aldeia Pinhalzinho e descrita pelo cacique Sebastião Alves da seguinte forma:

Nós sabemos que utilizar muitos tóxicos pode trazer muitas doenças, como o câncer; se se coloca muitos adubos químicos, se polui a terra e depois quando a gente quiser plantar, não vai sair já nada, por que você matou tudo.

Cabe destacar que na Terra Indígena Pinhalzinho foram adquiridos nove novilhas e três touros nelore, seis novilhas Gir leiteiro e seis cavalos, com a finalidade de melhorar a genética do rebanho da aldeia e aproveitar as áreas com pastagem (Góes, 2014), como narra o cacique:

O gado que se comprou no projeto do PBA foi para reproduzir, por que nós já temos algum, só que não são muito bons; então esse gado que chegou vai ajudar a melhorar as nossas, para tirar maior quantidade de leite.

Para o ano 2015, as áreas com produtos orgânicos eram os quintais das casas, como relata o cacique Sebastião Mario Alves.

Aqui no meu quintal não precisa colocar nada, por isso eu coloco diferentes tipos de plantas; coloco banana, mandioca, milho, feijão, palma, mamão, o que eu quiser, por que sei que eles se ajudam e eu acho que o que eu vou colher é orgânico.

Também a Escola Indígena Yvy Porã deu início em 2015 ao projeto da horta escolar de forma orgânica, na qual as crianças puderam aprender sobre a questão dos agrotóxicos e sobre a importância das sementes crioulas, como expõe o professor Jefferson Gabriel Domingues.

Fizemos um trabalho sobre a questão dos agrotóxicos e a lei do PNGAT, que proíbe veneno dentro das comunidades indígenas; então nós trabalhamos a questão de feiras de sementes crioulas, os milhos indígenas, mandiocas, nós trabalharmos com eles; com

crianças maiores trabalharam a questão do documentário 'O veneno está na mesa.

Além disso, o Sr. Reginaldo, uma das lideranças na comunidade, destaca que na aldeia existe uma grande variedade de frutas e plantas medicinais, usadas regularmente na rotina dos moradores. Assim, mesmo o Subprograma de Beneficiamento de Produtos, Certificação Orgânica e Criação de Marcas Indígenas tem como objetivo de *“incentivar o desenvolvimento de uma logomarca indígena para os produtos agrícolas e extrativistas e desenvolvimento de certificação da produção orgânica e da sua industrialização”* (GOES, 2014). As atividades empreendidas neste Subprograma foram a realização da *Feira de Sementes Crioulas Indígenas YMmãu e Mudas Nativas*, iniciada em 2011 e continuada anualmente até 2015, atividades que promoveu a Agrobiodiversidade dentro das aldeias indígenas em parceria com a Escola Estadual Indígena Yvy Porã, apresentando temas como agroecologia, agricultura orgânica e os danos sobre a utilização de agrotóxicos na agricultura e seus impactos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Além da participação do pessoal da aldeia, também se contou com a presença de representantes de movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra (MST), agricultores familiares, pescadores artesanais do Litoral Paranaense e do professor Roberto Martins de Souza, do Instituto Federal do Paraná (CARTEN, 2014).

c) Vigilância e Gestão Territorial

Outro Programa desenvolvido na Terra Indígena Pinhalzinho foi voltado para Vigilância e Gestão Territorial, que teve como objetivo *“promover um conjunto de ações necessárias à vigilância e gestão das TIs e fomentar a elaboração e execução de planos de vigilância e gestão territorial em cada uma das oito áreas”* (GOES, 2014).

Logo após o início do Projeto Básico Ambiental (PBA), as lideranças da TI Pinhalzinho ressaltaram a importância da gestão territorial. O objetivo foi o planejamento do uso do território e as atividades foram encaminhadas para a realização da Cartografia Social, que ocorreu em duas etapas: uma em outubro 2012, mediante solicitação ao Instituto Federal do Paraná (IFPR), dirigida ao

Prof. Roberto Martins de Souza. O Projeto de Mapeamento Social das Terras Indígenas Guarani foi solicitado junto com outras duas aldeias indígenas (Terra Indígena Posto Velho, no município de Abatiá, e TI Laranjinha, no município de Santa Amélia). Nesse período, foram realizadas cinco oficinas sobre mapas, registro de fotos, coleta de pontos do GPS, elaboração de croquis, narrativas da aldeia e mapeamento de minas de água na terra indígena Pinhalzinho (SOUZA, 2014).

Neste sentido, a Cartografia Social representa uma importante referência para a Gestão Territorial na Terra Indígena Pinhalzinho; além disso, demarca o perímetro da aldeia, assinala os pontos de relevância econômica, cultural, histórica, lendas e coleta de fotos da aldeia (SOUZA, 2014). A demarcação do território indígena Pinhalzinho é uma das principais conquistas alcançadas relacionadas à Gestão Territorial, pelo reconhecimento dos direitos indígenas à terra, como descreve o professor Jefferson:

Precisamos conhecer nosso território para que respeitem nosso direito de viver dentro da nossa terra, de reconhecer que nós já vivíamos aqui antes que chegaram os brancos (não índios) e demarcaram nosso território como se pertenceram a eles.

Como resultado da Cartografia Social, em 2014 se publicou o “*Boletim Informativo Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil*”, que descreve as conquistas alcançadas a partir de 1985 na aldeia de Pinhalzinho, sendo que naquele mesmo ano houve a demarcação das terras, seguida da retirada dos posseiros até então instalados no interior da TI e o cancelamento dos arrendamentos de suas terras para produtores da região. Após esta nova forma ocupação houve diversas melhorias das condições de vida no interior da terra indígena, entre as quais a construção de um posto de Saúde, a estadualização da escola indígena (em 2008), a realização das Feiras de Sementes Indígenas, a proibição e banimento do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas na terra indígena Pinhalzinho (SOUZA, 2014).

d) Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes

Outro Subprograma do PBA foi a Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascente. O objetivo deste programa era “*recuperar áreas degradadas e matas ciliares nas terras indígenas impactadas pelo*

empreendimento”. Portanto, no primeiro e segundo anos de execução do PBA na terra indígena Pinhalzinho, foram contratados viveiristas indígenas para dar cursos de implantação de espécies vegetais nativas de uso indígena, bem como a recuperação de nascentes de água pelo território da comunidade (GÓES, 2014).

Deste modo, outra das atividades realizadas para a recuperação das áreas degradadas foi a implementação do Sistema Agroflorestais como meio de conservação, que apresentam baixo impacto sobre o meio ambiente e como “ecologicamente sustentáveis” (CUNHA e ALMEIDA 2002). Na Terra Indígena Pinhalzinho a natureza não só é interpretada como uma fonte de alimentação, mas também de espiritualidade e de proteção, como afirma o Pajé da aldeia.

Partindo da premissa que os povos indígenas são reconhecidos pela forma de manejo da natureza (ISA, 2017), na aldeia Pinhalzinho pode-se observar o conhecimento tradicional e as novas formas de reagir, pensar e fazer os Sistemas Alternativos de Produção. Tais como afirmava o professor Jefferson Gabriel Domingues (em 2016), a partir do conhecimento tradicional dos povos pode-se criar sistemas alternativos de produção em contraposição à produção hegemônica:

Por que a bancada ruralista hoje tem tanto desespero como os povos indígenas? Porque os povos indígenas não precisam viver essas crises que todo mundo está falando aqui no Brasil. Eles têm desespero com nós por que nós podemos proporcionar para a sociedade uma alternativa para produzir esse sistema vai quebrar e vai derrubar todos eles; a crises é só deles.

Na atualidade, um dos grandes desafios para a Agroecologia e para a agricultura é encontrar formas de uso da terra que sejam viáveis economicamente e, ao mesmo tempo, ecologicamente sustentáveis, tendo como princípio básico o uso racional dos recursos naturais, preocupando-se não apenas com a cadeia produtiva e a renda, mas também com a relação ser humano-ambiente, buscando assim modelos sustentáveis para o campo (CAPORAL et al.,2009). Neste sentido, os sistemas agroflorestais representam uma alternativa relevante para se utilizar recursos naturais e aumentar a produtividade, com maior nível de sustentabilidade, já que estes sistemas se caracterizam por uma elevada biodiversidade no sistema de produção (LAMÔNICA et al., 2008).

Estes sistemas se caracterizam pela combinação de espécies florestais, agrícolas, medicinais, ornamentais e animais ao redor da residência, manejados pelos membros da família (LUNZ, 2007), com a finalidade de obter maior diversidade de produtos e diminuir a necessidade de aplicação de adubos sintéticos e seus impactos ambientais negativos (LAMONICA et al., 2008), além de apresentar um aumento na capacidade produtiva da propriedade.

Assim, o Projeto Básico Ambiental (PBA), em conjunto com a Escola Indígena Yvy Porã, começou a trabalhar com o sistema agroflorestal na escola em 2015. O propósito do projeto é a fomentar a soberania alimentar e ensinar as crianças a obter alimentos saudáveis em um sistema sustentável sem necessidade de sair da aldeia, como relata o Professor Jefferson Gabriel Domingues:

O cacique deu terras para a escola; neste momento, a escola está trabalhando com as crianças, junto com o PBA, a agrofloresta; vamos trabalhar a questão da soberania alimentar; o objetivo desse Projeto é que a criança compreenda e entenda o que é a soberania alimentar, que muitas vezes não precisa ir a cidade buscar um arroz, feijão... o objetivo de nossa escola é esse: recuperar o que foi perdido da tradição.

Neste Programa se contemplou a continuidade da recuperação de áreas degradadas, juntamente com a escola Indígena Yvy Porã, com áreas destinadas à hortas e agroflorestas, além do resgate de sementes crioulas, utilizadas nas áreas educacionais.

Nós agora estamos nessa questão da agrofloresta, unindo também a questão de sementes crioulas, o resgate da autonomia da semente... Por que na agrofloresta você tem as árvores, as bananas, mas você tem as partes onde pode plantar as sementes, as sementes usadas são deste lugar, são nativas... Não sementes modificadas, que não aguentam (Jefferson Gabriel Domingues em 06/02/2016).

Neste sentido, um dos desafios da escola indígena é que exista uma participação dos professores em uma educação interdisciplinar nas diferentes áreas de conhecimento, para o fortalecimento da identidade Guarani Nhandewa e a execução do conhecimento tradicional com a implementação dos projetos do PBA.

Eu tenho professores muito bons, que topam nossa ideia de um ensinamento interdisciplinar; meus professores se esforçam em pesquisar temas relacionados à agrofloresta; eu e minha pedagoga pensamos que as atividades desenvolvidas em campo devem ter uma sequência dentro das aulas, por que senão cada professor trabalha de forma isolada e não vai dar certo (Jefferson Gabriel Domingues, em 06/02/2016).

Embora os quintais agroflorestais sejam indicados como um dos modelos para implementação dos SAFs, que estão presentes nas propriedades da aldeia Pinhalzinho desde há muito tempo, nestes sistemas se pode encontrar uma combinação de diferentes espécies alimentícias que contribuem para a soberania alimentar das famílias da TI, como explica o Professor Jefferson:

Você pode olhar para qualquer casa; cada um deles tem um quintal onde você acha um mamão, um abacate, um inhame, goiaba, eles têm o que comer; então a soberania alimentar existe aqui se você deixar de pensar que as demais pessoas pensem por você; aí você vai achar que têm crises mesmo e você vai se matar para sair dessas crises.

A coerência entre as políticas ambientais e a cultura indígena vem sendo salientada por lideranças do movimento indígena. O representante dos Kaingang, Romancil Cretã, menciona que na TI Mangueirinha, localizada no sul do Paraná, há a maior reserva mundial de *Araucária angustifolia*, o que demonstra a capacidade histórica dos povos indígenas de trabalhar com a gestão ambiental e com o sistema agroflorestal.

Na aldeia Mangueirinha temos a maior reserva de Araucária no mundo; então podemos mostrar que nós somos capazes de preservar uma área e ainda ali viver com nossa cultura, assim como uma agricultura familiar e ainda com famílias em crescimento; essa é a contribuição que a gente dá no grupo de trabalho de Gestão Ambiental (MMA, 2008).

De acordo com Carvalho (2006), a formação de agentes agroflorestais é de suma importância para as demarcações dos territórios indígenas e o protagonismo indígena por meio de técnicas baseadas em seu conhecimento tradicional. Neste sentido, a capacitação e o incentivo aos jovens para participar nos cursos de formação de Agentes Agroflorestais é uma importante estratégia para ampliar conhecimentos e capacitações em suas próprias terras e, assim, alcançar um melhor desenvolvimento na produção de seus alimentos e na conservação e manejo de recursos naturais. (CARVALHO 2006).

Dentro do programa de recuperação de áreas degradadas na TI Pinhalzinho, como parte de um dos projetos desenvolvidos durante o processo do PBA em 2013, se realizou um mapeamento parcial dos recursos hídricos, com o objetivo da recuperação das minas de água da TI. De acordo com Carsten (2014), foram realizados cursos de proteção de nascentes de consumo em 2014, em parceria entre a EMATER de Tomazina e a TI. Desta forma, o

PBA e a extensão rural passaram a ter grande relevância para o desenvolvimento de uma proposta para melhorar as condições ambientais e de qualidade de vida dos indígenas. De acordo com o cacique, as nascentes são utilizadas pelas famílias quando ocorrem problemas no fornecimento de água encanada: *“são uma fonte de vida para a aldeia”*.

Nos últimos anos, nós tivemos muitos problemas com a água encanada por que a bomba se quebra e demora vários meses para que chegue gente especializada para consertar o motor; então nós utilizamos a água das minas mais próximas da aldeia, sendo que a água é importante para as atividades diárias das famílias, como cozinhar, tomar banho etc.

Segundo o senhor Leandro Ribeiro, agente de saúde da TI Pinhalzinho, as principais doenças presentes na aldeia estão relacionadas às infecções urinárias, agravando-se na temporada de calor, quando há problemas com a bomba.

e) Cultura e Atividades de Lazer

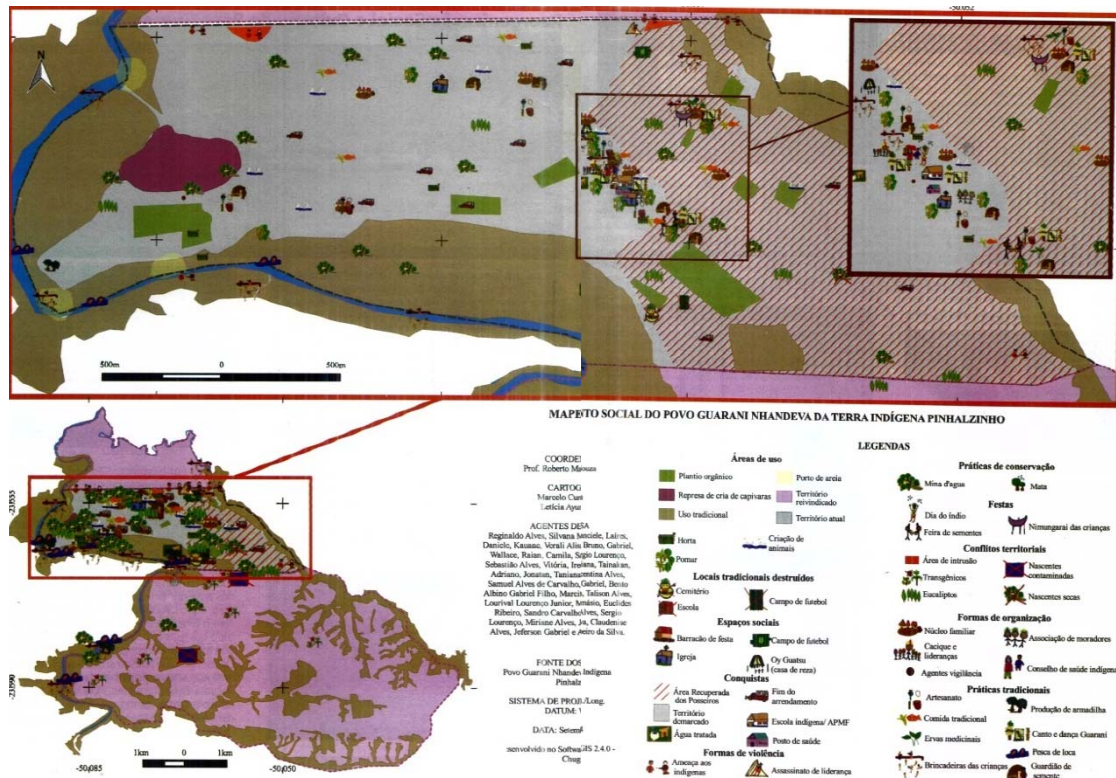
O Programa de Revitalização de Conhecimento e Atividades Indígenas Tradicionais tem como objetivo *“fortalecer e dar visibilidade a práticas culturais e incentivar a circulação de conhecimentos indígenas tradicionais”*. Neste item, o resgate da cultura Guarani Nhandewa consiste em um dos principais atividades a se fortalecer.

De acordo com o professor Jefferson Gabriel Domingues, diretor da escola Yvy Porã, *“a cultura é mutável, não é estática, ela muda”*. Nesse sentido, a preocupação das lideranças da aldeia Pinhalzinho é que a cultura Guarani não seja esquecida ao se executar os projetos em parceria com o PBA, com a escola indígena Yvy Porã, professores e lideranças trabalhando em diversos projetos voltados para a preservação e resgate do Nhandereko Guarani (o modo de ser Guarani) (GOES, 2014).

De acordo o Cacique, uma das formas da revitalização da cultura Guarani ocorreu através do Projeto da Cartografia Social, no qual as lideranças mais velhas da aldeia Pinhalzinho relataram os fatos e mudanças ocorridos dentro da aldeia, a luta travada até os dias atuais por direitos, as demarcações e a busca de uma *“terra sem males”* (Figura 4). Para o cacique Sebastiao Mario Alves, a Cartografia Social é uma ferramenta que permite melhor conhecer a história da comunidade do Pinhalzinho:

O mapeamento social foi muito importante para todos na aldeia de Pinhalzinho, por que é uma reconstrução de nossa história, de como a gente chegou aqui na aldeia e lutou com os posseiros; também é uma ferramenta legal onde o governo e nós sabemos os limites de nossa aldeia. Também é um documento muito importante para nossas crianças, porque são eles quem vão defender estas terras.

Figura 4. Cartografia Social da Terra Indígena Pinhalzinho.



Fonte: Boletim Informativo 2. Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil.

O resultado obtido no projeto da cartografia se expressa em diferentes narrativas, registro de lendas, fotografias e entrevistas que contribuíram para formular outras propostas de projetos para o resgate da cultura, em conjunto com a Escola Indígena Yvy Porã.

De acordo com o cacique, as crianças da aldeia Pinhalzinho “são herdeiras” da cultura Guarani: “são elas que vão lutar pelas terras, quando o mais velho não está mais”. Ele aponta para a importância de se ensinar a cultura na escola indígena. Da mesma forma, o pajé da aldeia expressa a preocupação de ensinar às crianças a importância da casa de reza, dos remédios do mato, de se ensinar os tempos de caça dos animais e “a importância da natureza para o índio”.

Eu estou preocupado com nossa cultura, pela casa de reza, por que os meninos de agora não querem mais aprender; são poucos meninos que conhecem os remédios do mato, quando se pode pegar um bicho ou como tirar comida do mato sem que tenhamos que matar tudo.

Para o pajé, uma das formas de ensinamento é “a conversa”; Essa seria a melhor forma de se ensinar aos mais novos da aldeia. Na cultura Guarani, a fala é um dos princípios mais importantes de ensinamento. A “oralidade” e a “narrativa” são formas de expressão do Nhandereko (o modo de ser Guarani), uma forma de manter viva a história e a cultura (Figura 5).

Figura 5. Ensino tradicional para as crianças



Foto: Escola Estadual Indígena Yvy Porã, 2014.

Outra atividade desenvolvida na Terra Indígena Pinhalzinho é o projeto “*Djaikua`apa Nhandereko*”, que também está associado à escola indígena Yvy Porã e às lideranças da comunidade. Tendo-se em vista a preocupação por parte do cacique em relação à perda de conhecimento sobre as atividades tradicionais dentro da TI; enfatiza-se “*a importância de conhecer e aprender do mato e não só dos livros*”. Entretanto, o cacique organizou reuniões em espaços livres para passar o conhecimento para as crianças e jovens com a finalidade de promover uma recuperação de saberes tradicionais (Figura 6):

Homem branco só fala, mas na prática ele não sabe. Nós, os indígenas, levamos as crianças no mato para eles aprenderem das coisas naturais, conhecer o mato mesmo, aprender a fazer armadilhas... Não só precisa aprender dos livros, também precisa

aprender na prática e é isso o que a gente faz: ensinar aos mais jovens. O que ensino para os mais jovens é por meio de exemplos do que fazer quando alguém da gente desmaia ou é mordido por uma cobra. O pessoal que acompanha a gente tem que ajudar ou dar remédio. Então quem dá o remédio é responsável da vida da outra pessoa.

Figura 6. Fortalecimento das Tradições da Aldeia Guarani



Foto: Escola Estadual Indígena Yvy Porã, 2014.

O cacique também afirma que é muito importante ter conhecimento sobre a forma de utilização das plantas, seja para alimentação ou com fins medicinais, a importância de se transmitir esse conhecimento para os mais novos e ter a certeza que o conhecimento será passado de geração a geração.

Tudo o que Deus coloca no mundo é remédio, até a terra de argila é remédio, as ervas medicinais... Não foi plantado pelas mãos do homem, foi plantado por Deus. Foi colocado na natureza para que o índio possa pegar. Por exemplo: a casca da manga é boa para dor de cabeça, a banana é boa para bronquite. Então aqui no mato se pode encontrar muitos remédios.

Outro projeto desenvolvido na aldeia Pinhalzinho é o “*YMÃ GUA KUERY OIKUAAVEA HÁ'E NHANDEVA'E OEXAA RUPI*” (o tempo na visão Guarani), desenvolvido a partir de 2015. De acordo com o Professor Jefferson Gabriel Domingues, a Escola Indígena Yvy Porã tem interesse em trabalhar com uma educação diferenciada, com uma alfabetização interdisciplinar das crianças com a cultura Guarani. “*Os pilares de uma cultura começam pela religião e a*

língua. Por isso, a escola sempre está trabalhando na recuperação da tradição e da língua com os meninos”.

De acordo o professor, o objetivo do projeto era trabalhar a história e o conhecimento da cultura Guarani Nhandewa: *“a importância de reviver o conhecimento tradicional com os mais velhos, por que eles conhecem bem nossa cultura”*. Neste sentido, o projeto tenta compilar dados importantes sobre o tempo de plantar, caçar, colher, pescar, com o objetivo de construir um calendário solar para a os habitantes da aldeia Pinhalzinho. Assim, os alunos da Escola Indígena Yvy Porã fizeram uma apresentação sobre meio ambiente em Curitiba, ficando em segundo lugar, como relata o professor Jefferson:

Uma das lideranças da aldeia falou que o PBA tinha um projeto muito bom para fomentar a cultura, em parceria com a escola. Em 2015 foi desenvolvido o projeto chamado ‘o tempo da visão do guarani’. Foi um projeto muito bom, onde a escola foi premiada, ganhou um projeto com um valor de 8.400 reais, só que não chegou até hoje na conta da escola, mas a escola fez a apresentação em Curitiba, ficaram em segundo lugar na Conferência do Meio Ambiente.

Outra atividade realizada na TI são os rituais organizados pelo Pajé, sendo que entre os pedidos mais comuns estão aqueles relacionados às chuvas e às bençãos para as crianças. O pajé relata que prepara-se com até nove dias de antecedência para um ritual, com uma alimentação diferenciada e sem dormir com a esposa: *“tem que estar purificado para conseguir fazer o ritual”*. Os índios são unânimes em dizer: *“A gente pede com fé, e dentro de até três dias chove, não tem erro”*, afirma o Pajé.

Além das crenças tradicionais por parte dos indígenas na aldeia, existem indígenas católicos e evangélicos, reafirmando que há liberdade de escolha religiosa, como relata o cacique, Sr. Reginaldo: *“ninguém é obrigado a nada. Cada um é livre para seguir a religião que quiser”*.

De acordo com o cacique, uma das formas de se manter as tradições é a elaboração do artesanato. No mesmo sentido, Góes (2014) ressalta a importância do artesanato para a manutenção das tradições indígenas. A elaboração de acessórios como brincos, colares, estátuas zoomorfas, cachimbos, cestos de palha de milho, material cerâmico, arcos e flechas, além de serem instrumentos utilizados na caça e pesca, são artefatos utilizados nos rituais, que expressam as características da aldeia Pinhalzinho: *“Tudo o que a gente faz, os brincos, flechas e arcos têm um sentido, têm um por que. Os*

colares, anéis refletem nossos sentimentos, o que caracteriza nossa cultura de ser Guarani Nhandewa” (Figura 7).

Figura 7. Artesanato da aldeia Pinhalzinho.



Foto: Autora; Fevereiro 2016.

Segundo o cacique, cerca de 50% do artesanato produzido na aldeia Pinhalzinho é destinado à comercialização, como uma fonte de renda para as famílias. O artesanato vendido é oferecido aos visitantes da TI; da mesma forma, é vendido pelos estudantes que moram fora da aldeia. Outra parte dos acessórios produzidos na aldeia é utilizada nos rituais e festividades da TI: *“os jovens que estão na escola eles levam para vender os brincos e desenhos; porém as pessoas brancas mostram interesses de comprar nosso artesanato, assim a gente dá a conhecer a nossa cultura”*.

De acordo com Góes (2014), foram realizadas diferentes atividades e oficinas referentes às técnicas de artesanato, matérias primas e pesquisa sobre as alternativas de produção e comercialização. Nos primeiros dois anos após da implementação do PBA, se realizaram oficinas referentes às técnicas de artesanato e matérias primas com uma com carga horária mínima de 50 horas, ministradas por um professor indígena do município de Pontal do Paraná, para as terras indígenas Pinhalzinho e Ywy Porã (Góes, 2013).

Segundo Góes (2013), no primeiro ano da implementação do PBA, foram realizadas diversas atividades, como as festividades na terra indígena, a construção de salões de eventos e a reabilitação do campo de futebol. De acordo com o cacique, também foram realizadas duas festividades importantes: a primeira se refere à comemoração ao Dia do Índio e a segunda ao Dia das Crianças. Para estes dias foram comprados alimentos e contratado um conjunto musical (CARSTEN, 2014). No Dia do Índio foram realizadas diversas atividades culturais. O cacique ressalva, no entanto, que a comemoração no dia 19 de abril não pode ser uma festividade, por que na História de conquista do Brasil, muitos povos indígenas foram expulsos, agredidos e/ou assassinados.

Na verdade, o dia 19 de abril não pode ser uma festividade. A gente erra em pensar que esse dia é de festa, por que muitos parentes morreram na luta por direitos, em busca de justiça e igualdade.

O cacique relata ainda que os povos indígenas ainda estão na luta pelos direitos humanos, pelo reconhecimento e busca da justiça e de igualdade.

f) Melhoria da Infraestrutura das Terras Indígenas.

O Programa de Gestão de Resíduos Sólidos tem como objetivo principal *“promover a conscientização sobre origens, destinação e impactos dos resíduos sólidos nas TIs...”* (GOES, 2014). Segundo Marcondes (2014), os povos indígenas no Brasil são considerados como populações em situação de alta vulnerabilidade social, sendo que a maioria das TIs apresenta condições sociais, econômicas e sanitárias “precárias”: as aldeias não possuem serviço de coleta de lixo, assim como está ausente o serviço de tratamento de esgoto. O lixo é descartado em torno das casas e aldeias ou queimado em lixeiras a céu aberto (MARCONDES, 2014).

Cabe mencionar que os alunos da escola Yvy Porã participam do projeto de reciclagem e reutilização dos materiais. As políticas públicas de saúde voltadas aos povos indígenas são realizadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), garantindo a atenção integral dos povos e as ações integrais das condições ambientais das aldeias, além da atenção da saúde indígena; também prioriza a preservação das fontes de água limpa, a construção de poços, a construção de um sistema de esgotamento sanitário, a

destinação final do lixo e o controle da poluição de nascentes e cursos d'água (Ministério da Saúde, 2016).

Na TI Pinhalzinho foi realizada em 2014 uma oficina e construídos dois barracões, um para insumos e outro para implementos, durante a implementação do projeto do PBA. Da mesma forma, a aldeia Pinhalzinho conta com um posto de saúde que atende à população indígena local. De acordo com Carsten (2014), na TI Pinhalzinho foi planejada a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), pelo projeto do PBA, na sede do Barracão de insumos, mas sua instalação não havia sido até então viabilizada (CARSTEN, 2014).

Uma das preocupações do senhor Reginaldo Alves refere-se ao tratamento de esgoto. Ele enfatiza que muitas doenças infecciosas, como disenteria, diarreia e outras, são causadas pela ausência de adequado encanamento da água, que possa ainda se transformar em um possível criadouro de mosquitos transmissores de doenças tropicais. Aponta também que na TI não existe tratamento da água de esgoto. Cada família constrói de forma precária e rudimentar uma fossa no interior de sua área familiar.

Os banheiros daqui na aldeia não têm encanamento de esgoto, só fossa; o que eu tenho aqui é uma fossa de carvão; se pode fazer um metro mais ou menos de fundura, o carvão não deixa entrar o mosquito, não tem mau cheiro e nunca enche, não pega nada.

Na opinião do senhor Reginaldo Alves, o município é responsável pela prestação do serviço público e a Secretaria de Saúde é a responsável pela educação sanitária dentro da aldeia; na falta do serviço de coleta de lixo pelo município, a população da aldeia torna-se responsável pela destinação adequada do lixo. Entretanto, dentro da aldeia não se conta com uma coleta pública de resíduos, de modo que os resíduos são queimados no entorno de cada unidade familiar, o que pode causar acidentes e inadequações ambientais.

Uma das atividades empreendidas na TI Pinhalzinho, realizada de forma conjunta com a Escola Yvy Porã, é o projeto de reciclagem e reutilização dos materiais. Os resíduos sólidos da agricultura são armazenados em um barracão de insumos para em seguida serem levados ao centro de coleta mais próximo da aldeia e assim evitar a poluição do solo, do ar e do lençol freático e danos à saúde humana.

Sabemos que o descarte correto dos resíduos sólidos na agricultura é fundamental para evitar uma série de prejuízos ao meio ambiente, como a poluição visual, do solo, do ar e do lençol freático, além de danos à nossa saúde (Reginaldo Alves, em 05/02/2016).

Para concluir a gestão ambiental é interpretada pelos indígenas de forma associada à retomada e conquista de suas terras e ao exercício da cidadania – e de forma associada ao empenho visando a manutenção e revalorização de componentes da cultura, como religião, alimentação, agricultura, rituais, dança, música, entre outros. Além disso, as ações ambientais são realizadas, por um lado, em parceria com agentes externos vinculados à implementação de uma compensação ambiental derivada da construção de uma usina hidrelétrica na região e, por outro, com a participação da escola, cujos professores indígenas procuram integrar os projetos ambientais no cotidiano escolar. Isso aponta para a relevância da realização de estudos sobre educação ambiental em terras indígenas, sobretudo quando se leva em consideração sua multifacetada interface com o universo da cultura, da identidade social, de sua organização política e da conquista de direitos.

4. CONCLUSÃO

As terras indígenas ainda se encontram em graus variados de reconhecimento pelo estado, tendo como desafios a questão das demarcações das terras e as práticas das políticas indígenas apesar da participação das diferentes entidades governamentais e ações ministeriais voltadas para os povos indígenas, ainda pode se observar as decadências das políticas indígenas. Portanto a situação fundiária das terras indígenas no Brasil é dado pela questão das demarcações das terras, uma das principais lutas sócias dos povos indígenas com o lema “*DEMARCAÇÃO JÁ*”. Um dos conflitos que estão acontecendo hoje nas terras indígenas é contra o novo protesto (PEC 215) onde os direitos originais dos povos de posse de terras estão ameaçados pelo fim das demarcações das terras no Brasil, além de reabrir processos administrativos já finalizados (terras já demarcadas). Porém a demarcação e regularização dos territórios é pressuposto para o Bem Viver, para a preservação e revalorização dos componentes culturais nas aldeias indígenas como são a religião, alimentação, agricultura, rituais, dança, música, entre outros.

Mediante as ações ambientais na terra indígena Pinhalzinho se implementaram seis programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental

(PBA) como compensação ambiental derivada da construção da usina hidrelétrica Mahua. Os processos socioambientais contribuíram para a gestão ambiental dentro da terra indígena com o desenvolvimento de diversos projetos como parte do processo da recuperação, preservação da cultura Guarani, revitalização de conhecimentos indígenas e a Natureza. Isso aponta para realização de estudos sobre educação ambiental em terras indígenas, sobretudo quando se leva em consideração sua multifacetada interface com o universo da cultura, da identidade social, de sua organização política e da conquista dos direitos. Além de todas as dificuldades políticas os povos indígenas no Brasil estão crescentemente desempenhando um importante papel fundamental na Gestão Ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas ambientais tais como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de terras indígenas (PNGATI) são ferramentas para proteção da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais nas terras indígenas no Brasil, considerando a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas.

A presente pesquisa analisou as diretrizes governamentais e as principais experiências de gestão ambiental das terras indígenas no Brasil e, especificamente, as peculiaridades deste processo na Terra Indígena Guarani Pinhalzinho, procurando-se caracterizar as interfaces entre gestão ambiental e organização política, revalorização da cultura, identidade social e educação. O estudo foi realizado através da aplicação de entrevistas semiestruturadas e consulta de documentos oficiais junto com às lideranças indígenas locais entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro 2016. Isso permitiu ressaltar alguns elementos do processo histórico da aldeia e seus principais logros obtidos durante este tempo e dos projetos socioambientais que vinham sendo implementados na aldeia.

Os povos indígenas no Brasil estão crescentemente desempenhando um importante papel fundamental na gestão ambiental. Porém, as terras indígenas ainda encontram-se em graus variados de reconhecimento pelo estado à

maioria sofre algum tipo de abuso por parte dos garimpeiros, madeireiros, pescadores, e posseiros como aponta Villas-Boas (2004 p. 263). Uma das atividades de suma importância é a demarcação e regularização dos territórios como pressuposto para o Bem Viver, para a preservação e revalorização os componentes culturais nas aldeias indígenas como são a religião, alimentação, agricultura, rituais, dança, música, entre outros.

As ações ambientais na aldeia Pinhalzinho são realizadas com agentes externos vinculados à implementação de uma compensação ambiental derivada da construção de uma usina hidrelétrica na região junto com a participação da escola, cujos professores indígenas procuram integrar os projetos ambientais no cotidiano escolar. Isso aponta para a relevância da realização de estudos sobre educação ambiental em terras indígenas, sobretudo quando se leva em consideração sua multifacetada interface com o universo da cultura, da identidade social, de sua organização política e da conquista de direitos.

Na Terra indígena Guarani Pinhalzinho, os processos socioculturais contribuem para a gestão ambiental dentro da terra indígena. Historicamente, esta população passou por diversas violações de seus direitos e não obteve acesso a políticas ambientais básicas, tais como o tratamento de esgoto e a coleta de resíduos. Por outro lado, a construção do Mapa Social da aldeia em 2013 representou uma conquista para seus moradores. Além disso, diversos projetos foram desenvolvidos como parte do processo da recuperação e preservação da cultura Guarani e a Natureza, em parceria com o Projeto Básico Ambiental (PBA), associado às medidas de compensação e mitigação de impactos da construção de uma usina hidrelétrica, com a participação da Escola Indígena Yvy Porã e de suas lideranças e moradores.

6. LITERATURA CITADA

ALEIXO, L. **Os avançados índios do Norte Pioneiro**. Aldeia de Pinhalzinho. Tomazina, Paraná, Brasil. Folha Extra, 2016, p. 5. <http://www.folhaextra.com/aldeiadepinhalzinho/360/>.

ALMEIDA, F. V. R. de. O índio sabe, o índio faz: os dilemas da participação indígena nas políticas públicas In: SOUSA, C. N. I. ALMEIDA, F. V. R. de, SOUZA-LIMA, A. C., MATOS, M. H. O. (Orgs.) **Povos Indígenas, Projetos e Desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15, Rio de Janeiro: Laced, 2010.

ALMEIDA, T. V. V.; RODRIGUES, M.; NORDER. L. A. C. Agrobiodiversidade nas comunidades Guarani-Nhandewa no norte do Paraná: Memória e Resgate, **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 40-58, jan./jun. 2014.

ARAUJO, R. C.; FAUSTINO, R.C.; NOVAK, M. S. J. Memórias, Conhecimentos e Literatura Guarani Nhandewa. **IX Congresso Nacional de Educação- EDUCARE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, 26 a 29 de Outubro de 2009, PUCPR.

AZEVEDO M.; BRAND A.; HECK E.; PEREIR M. L. Guarani Retã. **Povos guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**. Brasília. Acervo, CTI, 2008.

BAVARESCO, A; MENEZES, M. Entendendo PNGATI: **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas**. Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.

BICALHO, P. S. DOS S. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. Tese doutorado Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de políticas de Saúde. **Povos indígenas e a prevenção às DST, HIV e AIDS**. Brasília, Ministério da Saúde, 2000, 27p.

CAPORAL, F.R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, F.R. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: Paulus, 2009.

CARDOSO, M. F. **Relatório de Acompanhamento Projeto Básico Ambiental Componente Indígena**. Consórcio Energético Cruzeiro do Sul Usina Hidrelétrica Mauá, Curitiba – PR, Dezembro de 2012.

CARNEIRO-FILHO, A. e SOUZA, O. B. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

CARSTEN, A; TI Laranjinha, TI Ywy Porã e TI Pinhalzinho. **Relatório Anual de Atividades, Projeto Básico Ambiental (PBA), Componente Indígena**. Curitiba, 2014.

CARVALHO, A. L. A. DE. **O geoprocessamento na gestão ambiental em terras indígenas: uma experiência com etnomapeamento junto à comissão pró-índio do Acre**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações Tradicionais e conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2002. p 184-193.

CURI, M. V. M. Os Direitos Indígenas e a Constituição Federal. **Consilium – Revista Eletrônica de Direito**, Brasília n. 4, v.1 maio/ago. de 2010.

De PAULA L. R.; VIANNA, F. de L. B. **Mapeando Políticas Públicas para Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2011. 112p.

FAUTINO, A. J. Formação de Professores de Língua Inglesa e o Preparo para o Exercício do Letramento Crítico em Sala de Aula em Prol de Práticas Sociais: Um Olhar Acerca de Raça/Etnia. **Línguas & Letras**, v. 7, n. 12, p. 171-187. 2006.

FERREIRA, L. V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O desmatamento na

Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 157–166, 2005.

FUNAI; UNESCO. **Aragwaksã, Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas**, Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL (FUNAI). (Org.). **Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração**. Brasília: FUNAI, 20p, 2013.

GALLOIS, D. T. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidade?** In: **RICARDO, Fany (Org.). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GADELHA, E; MALUF, R. S. Contribuições da Produção para Autoconsumo no acesso aos alimentos. **Revista Democracia viva**. Rio de Janeiro, 39p 2008.

GARCIA, F. P. DE S. **A Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)**. Cáceres: UNEMAT, Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais na Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres Mato Grosso, Brasil, 2014.

GÓES, P. R. H. **Relatório de acompanhamento Projeto Básico Ambiental-PBA, Componente Indígena**. Curitiba: Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, Usina Hidrelétrica Mauá, Paraná, 2013.

GÓES, P. M. H. **Relatório de Acompanhamento Projeto Básico Ambiental Componente Indígena**, Consórcio Energético Cruzeiro do Sul Usina Hidrelétrica Mauá, Curitiba, Outubro de 2014.

GRUPIONI, L. D. B. Intercâmbios Interculturais: gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas. In Ricardo, Beto e Fany (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil 2006-2010**. ISA, São Paulo, págs. 133-136. 2011.

GUIMARÃES, M. V. B. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI): a busca pela autonomia ambiental e territorial das terras indígenas no Brasil. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 157-177, 2014.

IAP (Instituto Ambiental do Paraná-DIRAM/DLE). **Termo de Referência para Licenciamento Ambiental**. PCH E UHE-ACIMA DE 10MW, Curitiba: IAP, 2010, p. 48.

IBGE/FUNAI. **O Brasil Indígena, Censo Demográfico**. Brasília: IBGE/Funai, 2010.

IEPÉ (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena). **Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do OIAPOQUE**. Boletim Povos Indígenas do Meio Ambiente do Norte de Pará, Macapá: Amapá, 2010.

KONDO, R. H. ; FRAGA L. Identidade Guarani: ontem e hoje. identity Guarani: yesterday and today. **Revista Travessias**. vol. 6, nº 3, 2012.

KONDO, R. H. **Representações e atitudes linguísticas na (re) construção da identidade indígena dos Guarani do Pinhalzinho (Tomazinha/PR): um estudo na escola “Yvy” “Porã”**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação Linguagem, Identidade e Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2013, p. 200.

LAMÔNICA, K. R. & BARROSO, D. G. **Sistemas agroflorestais: aspectos básicos e recomendações**. Niterói: Programa Rio Rural, 2008.

LITTLE, P. E. **Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes**. Relatório para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA-AC, Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI-AC, Agência da GTZ no Brasil – GTZ. Departamento de Antropologia Universidade de Brasília Rio Branco, Acre, 2006, p.56.

MARCONDES, C. **Descarte do Lixo e Seu Impacto no Ambiente e Saúde: Percepção das Comunidades Indígenas de Mangueirinha-PR**. Dissertação (Maestria). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, Paraná, 2014.

MAZUREK, R. R. DE S. **Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque**. The Nature Conservancy, Belém, Pará, Brasil, p. 24, 2013.

MOTA. **Educação Escolar Indígena/ Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação da Educação Escolar Indígena.- Curitiba:SEED-PR., 2006, 88P.

NUTI R. M. **Análise das estimativas de população atingida por projetos hidrelétricos**. Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais Brasília: INESC, 2007.

PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico. Tomazina: Escola Estadual Yvy Porã Educação Infantil e Ensino Fundamental, Distrito Pinhalzinho, Núcleo Regional de Educação de Ibaiti**, Paraná, 2014.

PACKER, I. **Violações dos Direitos Humanos e Territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade**. Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Outubro de 2013.

PEREIRA, J; CERVILHERI, D. H. História da Terra Indígena Pinhalzinho. **Anais do XVI EAIC**. Tomazina, Paraná, 26 a 29 de setembro de 2007.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>. Acesso em julho de 2017.

ROLIM, L.N.; SALOMÃO M. C.;FARIAS R.S. **A Questão Indígena no Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Economia. 2013.

REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA. **Gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira**. São Paulo : Iepé, 2013.

SMITH M.; GUIMARÃES M. A. **Gestão ambiental e territorial de terras indígenas: reflexões sobre a construção de uma nova política indigenista**. Amazônia, Brasil.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 84, 1985.

SOUZA, R. M. **Boletim Informativo Identidades Coletivas e Conflitos Sociais no Sul do Brasil- Djaikwaa pa Nhandereko/ nosso lar nós conhecemos**, Paranaguá, Instituto Federal do Paraná, 2014.

THE NATURE CONSERVANCY (TNC). **Povos e Terras Indígenas: Promovendo Conservação e Etnodesenvolvimento**. Belém: TNC, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2002.

VILLAS-BÔAS, A. **Gestão e manejo em terras indígenas**. In: RICARDO, F. (Ed.) **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004.

VERDUM, Ricardo. **Integração, Usinas Hidroelétricas e Impactos Socioambientais**/Ricardo Verdum, organizador; Alejandro O, Balazote [et al.].- Brasília: UNESCO, 2007, p. 200.:il

VIVAN, J. L., MONTE, N. L. e GAVAZZI, R. A. **Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre**. Brasília: MMA/PDA, 2002.

ANEXOS

Anexo I. Eixos do PNGATI

EIXO 1 - Proteção territorial e dos recursos naturais

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

(a) Promover a proteção, fiscalização, vigilância e monitoramento ambiental das terras indígenas e seus limites.

(b) Promover a participação dos povos, comunidades e organizações indígenas nas ações de proteção ambiental e territorial das terras indígenas, respeitado o exercício de poder de polícia dos órgãos e entidades públicos competentes;

(c) Contribuir para a proteção dos recursos naturais das terras indígenas em processo de delimitação, por meio de ações de prevenção e de defesa ambiental pelos órgãos e entidades públicos competentes, em conjunto com os povos, comunidades e organizações indígenas;

(d) Promover a elaboração, sistematização e divulgação de informações sobre a situação ambiental das terras indígenas, com a participação dos povos indígenas;

(e) Apoiar a celebração de acordos e outros instrumentos que permitam o acesso dos povos indígenas aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam localizados fora dos limites de suas terras;

(f) Promover ações de proteção e recuperação das nascentes, cursos d'água e mananciais essenciais aos povos indígenas.

(g) Apoiar o monitoramento das transformações nos ecossistemas das terras indígenas a adoção de medidas de recuperação ambiental;

(h) Assegurar, sempre que possível, que bens apreendidos em decorrência de ilícitos ambientais praticados em terras indígenas sejam revertidos em benefício dos povos e comunidades indígenas afetados, na forma da legislação vigente;

(i) Promover o etnozoneamento de terras indígenas como instrumento de planejamento e gestão territorial e ambiental, com participação dos povos indígenas.

(j) Promover e garantir a integridade ambiental e territorial das terras indígenas situadas nas áreas de fronteira, por meio de ações internas e de acordos binacionais e multilaterais, a fim de combater e controlar os ilícitos transfronteiriços, com especial atenção à proteção da vida de mulheres e homens indígenas, de todas as gerações.

EIXO 2- Governança e participação indígena

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

(a) Promover a participação de homens e mulheres indígenas na governança, nos processos de tomada de decisão e na implantação da PNGATI;

(b) Promover a participação dos povos indígenas e da FUNAI nos processos de zoneamento ecológico-econômico que afetem diretamente as terras indígenas;

(c) Promover o monitoramento da qualidade da água das terras indígenas, assegurada à participação dos povos indígenas e o seu acesso a informações a respeito dos resultados do monitoramento.

(d) Apoiar a participação indígena nos comitês e subcomitês de bacias hidrográficas e promover a criação de novos comitês em regiões hidrográficas essenciais aos povos indígenas

(e)]Promover a participação dos povos indígenas nos fóruns de discussão sobre mudanças climáticas

(f) Realizar consulta aos povos indígenas no processo de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que afetem diretamente povos e terras indígenas, nos termos de ato conjunto dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente.

EIXO 3 - Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas.

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

(a) Realizar consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas no processo de criação de unidades de conservação em áreas que os afetem diretamente.

(b) Elaborar e programar, com a participação dos povos indígenas e da FUNAI, planos conjuntos de administração das áreas de sobreposição das terras indígenas com unidades de conservação, garantida a gestão pelo órgão ambiental e respeitados os usos, costumes e tradições dos povos indígenas;

(c) Promover a participação indígena nos conselhos gestores das unidades de conservação localizadas em áreas contíguas às terras indígenas;

(d) Assegurar a participação da FUNAI nos conselhos gestores das unidades de conservação contíguas às terras com presença de índios isolados ou de recente contato.

EIXO 4 - Prevenção e recuperação de danos ambientais;

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

(a) Promover ações com vistas a recuperar e restaurar áreas degradadas nas terras indígenas;

(b) Promover ações de prevenção e controle de desastres, danos, catástrofes e emergências ambientais nas terras indígenas e entornos;

(c) Promover ações de prevenção e controle da contaminação por poluição e resíduos sólidos e de outras formas de degradação de recursos naturais das terras indígenas;

(d) Identificar as espécies nativas de importância sociocultural em terras indígenas e priorizar seu uso em sistemas agroflorestais e na recuperação de paisagens em áreas degradadas;

(e) Promover a recuperação e conservação da agrobiodiversidade e dos demais recursos naturais essenciais à segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, com vistas a valorizar e resgatar as sementes e cultivos tradicionais de cada povo indígena.

(f) Promover ações para a recuperação de áreas degradadas e a restauração das condições ambientais das terras indígenas, em especial as de prevenção e combate à desertificação.

(g) Promover a regularização ambiental de atividades e empreendimentos instalados no interior de terras indígenas, incentivando a adoção de medidas compensatórias e mitigatórias.

(h) Promover medidas de reparação dos passivos socioambientais causados por atividades e empreendimentos inativos no interior terras indígenas, observada a legislação específica.

EIXO 5 - Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- (a) Garantir aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em terras indígenas.
- (b) Fortalecer e promover as iniciativas produtivas indígenas, com o apoio à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis;
- (c) Promover e apoiar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais usados na cultura indígena, inclusive no artesanato para fins comerciais.
- (d) Apoiar a substituição de atividades produtivas não sustentáveis em terras indígenas por atividades sustentáveis.
- (e) Apoiar estudos de impacto socioambiental de atividades econômicas e produtivas não tradicionais de iniciativa das comunidades indígenas.
- (f) Desestimular o uso de agrotóxicos em terras indígenas e monitorar o cumprimento da Lei no 11.460, de 21 de março de 2007, que veda o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas.
- (g) Apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades.
- (h) Promover a sustentabilidade ambiental das iniciativas indígenas de criação de animais de médio e grande porte.
- (i) Promover a regulamentação da certificação dos produtos provenientes dos povos e comunidades indígenas, com identificação da procedência étnica e territorial e da condição de produto orgânico, em conformidade com a legislação ambiental.
- (j) Promover assistência técnica de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas e das diferentes regiões e biomas.

EIXO 6 - Propriedade intelectual e patrimônio genético

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

(A) Reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos indígenas sobre conhecimentos, práticas, usos tradicionais, costumes, crenças e tradições associados à biodiversidade e ao patrimônio genético existente nas suas terras, de forma a preservar seu direito na repartição dos benefícios, na forma da legislação vigente.

(b) Apoiar e valorizar as iniciativas indígenas de desenvolvimento de pesquisa, criação e produção etnocientífica e tecnológica, para possibilitar inovação e fortalecimento de base econômica, social e ambiental.

EIXO 7 - Capacitação, formação, intercâmbio e educação.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- (a) Promover a formação de quadros técnicos, estruturar e fortalecer os órgãos públicos e parceiros executores da PNGATI.
- (b) Qualificar, capacitar e prover a formação continuada das comunidades e organizações indígenas sobre a PNGATI;
- (c) Fortalecer e capacitar às comunidades e organizações indígenas para participarem na governança da PNGATI;
- (d) Promover ações de educação ambiental e indigenista no entorno das terras indígenas;
- (e) Promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada;
- (f) Capacitar, equipar e conscientizar os povos indígenas para a prevenção e o controle de queimadas e incêndios florestais.
- (g) Promover e estimular intercâmbios nacionais e internacionais entre povos indígenas para a troca de experiências sobre gestão territorial e ambiental, proteção da agrobiodiversidade e outros temas pertinentes à PNGATI.

Anexo II. Boletim Informativo 2. Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil.

Edição Especial | Novembro de 2014

Boletim Informativo

2

Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil

Djaikwaa Pa Nhandereko / Nosso lar nós conhecemos

**TEKOA GUARANI NHANDÉWA
TERRA INDÍGENA
PINHALZINHO, PARANÁ**



Mitãngwê TIP, 12/12/2013



Noite religiosa Casa de Reza Oy Guatsu, 12/12/2013.



Oficina de Mapas, 24/10/2013.

O sentido dessa Cartografia é assegurar o direito do território indígena que foi modificado através dos tempos, ao se relacionar com o não índio. É preciso dessas ferramentas para derrubar o preconceito do homem branco com relação ao índio” (Reginaldo Alves Nimboadju, 38 – Liderança Guarani Nhandeva, TI Pinhalzinho).



Reginaldo Alves, Franciele, Silvana Mumbi, Laíres, Daniele, Kauane, Verali Alisson Alves, Bruno, Gabriel, Wallace, Raian, Camila, Samara, Sergio Lourenço, Sebastião Alves, Vitória, Irecrã, Claudiana, Tainakan, Adriano, Jonatan, Letícia Ayumi e Marcelo Varella. Escola Estadual Indígena Ywy Porã - Guarani - TIP. Participantes da 4ª Oficina de Mapas, 11/06/2014.

“A experiência de cartografia/mapeamento social conduzida pelos Guarani Nhandewa da TI Pinhalzinho e resumida neste boletim, é mais um indicador dos processos de regeneração cultural e territorial pelos quais os povos indígenas no Brasil vêm passando nas últimas três décadas. Em especial aqueles que, como o Povo Guarani do Norte Pioneiro do Paraná, percorreram uma história de violência (“sofrimento”, “castigo”, “perseguição”) e de esbulho territorial, mas também de resistência, luta e (re)conquista de seus tekoa – história que é contada aqui pelas vozes e memórias de seus protagonistas. Olhando para além dos limites da Terra Indígena formalmente demarcada e “remexendo com [essa] história”, os Nhandewa do Pinhalzinho (re) articulam o seu ñadereko (modo de ser guarani) por meio da cartografia do território conhecido e no qual eles se reconhecem, diante de inúmeras pressões, limitações, invasões e carências. Ao fazer a ponte entre o seu mundo e os conhecimentos tecnológicos na gestão de seu território – com ênfase especial nas crianças e, portanto, na reprodução do seu modo de ser – os Guarani Nhandewa do Pinhalzinho lançam uma luz, para si e para outros povos, sobre os caminhos possíveis para a vida plena e o bem viver dos indígenas num país que ainda teima em não reconhecê-los em sua plenitude.”

Henyo T. Barretto Fº - Antropólogo, Diretor Acadêmico do IEB e consultor do Projeto GATI

“No caso da Terra Indígena Pinhalzinho, apoiamos a comunidade para fazer do processo de elaboração do mapeamento social da TIP, que culminou neste Boletim Informativo, uma ferramenta para pensar o território. Tal processo fomentou a atualização de uma memória que vai além do pensamento de cada pessoa que lutou para assegurar esta pequena porção do território Nhandewa às margens do rio das Cinzas. Se trata de uma memória ampla e que é comum à muitas outras famílias Nhandewa - vale destacar que neste momento as famílias de Ywy Porã permanecem mobilizadas para demarcar seu território nas margens do rio Laranjinha. Esta memória é vivida e é atual. Memória de luta contra as invasões de terra, memória das omissões e mesmo da oposição dos órgãos de estado perante as famílias indígenas, dos conflitos e também das parcerias com pessoas da sociedade envolvente, mas, sobretudo, dos grandes chamoy e chara'is que em sua sabedoria e sutileza sustentam os pilares sobre os quais repousam os fundamentos do modo Nhandewa de estar no mundo.”

Paulo Roberto Homem de Góes | Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – UFPR

“O mapeamento social da Terra Indígena Pinhalzinho serve muito pra ajudar para conhecer o território, e passar a entender o porque perdeu o território, a caça, a pesca e traçar os objetivos de recuperação e preservação do território que garantirá a manutenção do seu povo de geração pra geração.”

Adailton Cavalcante Bezerra | Povo Xakriaba. | Mobilizador para as Políticas Indígenas do Povo Xakriaba | Estado de Minas Gerais | Terra indígena Xakriaba

Realização:

**Comunidade Indígena Guarani
Nhandewa - Terra Indígena
Pinhalzinho**

Apoio:



Escola Estadual Indígena Ywy Porã | PBA Indígena
Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil
Projeto Nova Cartografia Social

www.graficagoooy.com.br

Anexo III. Mapa da Cartografia Social da Terra Indígena Pinhalzinho.

